

# Síntese histórica da imprensa de expressão portuguesa na Ásia

*Historical synthesis of the Portuguese expression  
press in Asia*

**António Hohlfeldt<sup>1</sup>**

Pontifícia Universidade Católica  
do Rio Grande do Sul / Escola de Comunicação,  
Artes e Design  
a\_hohlfeldt@yahoo.com.br  
ORCID ID: [0000-0001-5284-8730](https://orcid.org/0000-0001-5284-8730)

**Resumo:** O artigo busca organizar a história do jornalismo nas duas antigas colônias de Portugal na Ásia, Goa — na Índia — e Macau — na China. Houve especial preocupação não só em identificar títulos, mas tendências no processo do desenvolvimento destes dois jornalisimos que, inclusive, evidenciam contatos com o jornalismo de outras colônias portuguesas, seja na África, seja no Brasil.

**Palavras-chave:** história do jornalismo; jornalismo de expressão portuguesa na Ásia; jornalismo de Goa; jornalismo de Macau; jornalismo comparado.

**Abstract:** *This text intends to organize a journalism history in the oldest colonies of Portugal in Asia: Goa — in India — and Macau — in China. The text pays special attention to identify titles of newspapers but also understand tendencies on the development process of these two journalisms. It is important to realize that they have many common points with the African and Brazilian journalism.*

**Key-words:** *history of journalism; journalism of Portuguese expression on Asia; journalism in Goa; journalism in Macau; comparative journalism.*

Há antigas narrativas manuscritas, que podem ser consideradas jornalísticas, antecedendo a introdução da imprensa em Portugal, como as *Novas da infelicidade da armada de Sua Majestade que escreveu o Mestre da Sota Capitania*, de 1558, que documentam as primeiras viagens de conquista e de colonização, com suas glórias mas também, seus riscos. Evidencia-se que a introdução da imprensa facilitou este tipo de relato, que se popularizou, mesmo que a Corte portuguesa fosse avessa à demasiada publicização das viagens que se faziam sob seus auspícios, graças às disputas com Espanha, num primeiro momento e, posteriormente, com França, Inglaterra ou Países Baixos (Hohlfeldt, 2009).

Comparativamente, a existência de prelos é mais antiga na Ásia do que na África, não apenas porque os chineses possuíam impressoras xilográficas<sup>2</sup>, pelo menos desde o século XIV (Gonçalves, 1967, p. 67 e ss.), mas também porque os jesuítas levaram, desde sua chegada ao continente, um prelo, de onde, a partir do século XVI, houve livros impressos em Macau. No entanto, a ascensão do Marquês de Pombal fez com que todo e qualquer impresso ficasse proibido naquela região, de modo que só depois da retomada liberal, em 1821, voltassem a se imprimir, não apenas livros, quanto jornais. Por consequência, a história da imprensa periódica de ambos os continentes termina por ser mais ou menos paralela, já que o registro do primeiro jornal de Macau é o *Abelha da China*, de 1822, de qualquer modo, antecipando-se ao já antes mencionado decreto do Primeiro Ministro Sá da Bandeira, de 1836.

1 A pesquisa para esta primeira parte do capítulo teve, originalmente, a participação da aluna bolsista de iniciação científica, Bruna Santos de Souza.

2 Trata-se de impressoras cujos tipos são feitos em madeira. O modelo chinês, inclusive, será copiado pelos padres jesuítas quando de sua chegada, e sempre que enfrentaram problemas com os prelos europeus, de metal.

O exercício jornalístico em Macau, contudo, foi muitas vezes bastante conflituoso com as autoridades, de modo que alguns jornais em língua portuguesa acabaram impressos em Hong Kong ou em Cantão, do mesmo modo que alguns periódicos em língua inglesa terminaram por ser impressos em Macau, conforme os ventos políticos soprasses mais ou menos liberais, numa ou noutra região. Quanto à Índia Portuguesa, houve, depois de iniciada aquela imprensa periódica, uma certa continuidade mais evidente, ainda que, em muitos períodos, como ao final do século XIX, acontecimentos pontuais e regionais também a tenham por vezes interrompido durante curtos períodos de tempo.

### **A imprensa periódica de Goa**

Foi em Goa, na Índia, que a imprensa se antecipará, no âmbito das demais colónias, em geral, e da Ásia, em particular, já que, em setembro de 1556, publicou-se o livro *Conclusiones Philosophicas*, no Colégio de São Paulo, graças a uma tipografia trazida pelo Patriarca da Etiópia, D. João Nunes Barreto (1519-1562). Este é considerado o primeiro livro impresso na Índia portuguesa. Essa tipografia foi também a primeira a produzir impressos na Índia e em todas as demais colónias portuguesas. Os impressores pioneiros foram o espanhol Juan Bustamante, natural de Valência, e um indiano, que mostrou conhecer muito bem tais afazeres, mas cujo nome ficou no anonimato, infelizmente. Segundo António Maria da Cunha, os jesuítas estabeleceram também uma máquina de tipos, na qual fundiram caracteres do abecedário tamul e de outras línguas orientais, de que se utilizavam nos seus trabalhos de catequese e propaganda pelo sul da península indostânica (Cunha, 1923, V. 1, ps. 1 e 2).

### **Um pouco da história de Goa**

A ocupação de Goa foi realizada de forma diferente à praticada nas outras colónias. A Índia não era a África ou a América. O embate político que os portugueses enfrentaram, ao chegar ao Oriente, resultava de sociedades e civilizações mais antigas que as europeias. Homens mais educados e instruídos do que os próprios portugueses. Havia religiões, línguas, códigos e instituições próprias, cuja opulência se dava pela antiguidade. Finalmente, os turcos constituíam outra potência formidável a afrontar, crescente e conquistadora, um verdadeiro terror para o mundo (Pinto, 1923, p. 60).

Deve-se também levar em conta que a história de Goa não começou com a chegada dos portugueses. Nem propriamente o Estado da Índia, ou a Índia Portuguesa. Em 1498, com a chegada de Vasco da Gama a Calicute, foi estabelecida a primeira rota entre Portugal e o subcontinente indiano, no qual os europeus pretendiam estabelecer um sistema de fortificações,

feitorias e colônias. Mas a situação era instável, dependendo de cada mandatário da região. Em 1500, Pedro Álvares Cabral, depois de ter deixado o território da Terra de Santa Cruz, recém descoberto, chegou à mesma Calicut e parece obter melhores resultados com sua diplomacia. Houve, contudo, ainda antes do final daquele ano, um ataque surpresa dos nativos contra os portugueses, o que levou o comandante lusitano a bombardear a cidade, incessantemente, para evidenciar seu poderio. Mas os europeus se davam conta de que possuíam pouca gente para os objetivos de ocupação e colonização, almejados. Por isso, pretendiam assinar alguns tratados com os governos nativos, mas nada se alcançou e a cidade voltou a ser bombardeada.

Vasco da Gama organiza uma nova frota, em 1502, com 15 navios e mais de 800 homens, chegando a Calicut em outubro daquele ano. Mas, nada conseguiu e Calicut voltou a ser bombardeada pelos portugueses. Em 1505, Francisco de Almeida foi nomeado vice-rei com a tarefa de criar quatro fortes na costa sudeste da Índia, na ilha de Anjediva, em Cananor, no Cochim e em Couvão. A 13 de setembro daquele ano, Almeida chegou a Anjediva, onde imediatamente iniciou a construção do forte. Um mês depois, com o apoio dos nativos, iniciou o forte de Cananor. Em outubro, estava em Cochim, fortificando as construções portuguesas ali já existentes. Em 1507, a esquadra de Tristão da Cunha veio reforçar a tarefa de Francisco de Almeida. Os portugueses avançavam em suas fortificações, mas os administradores muçulmanos resistiam em lhes ceder territórios. Em março de 1508, ocorreu a batalha de Chaul, em que o comandante português perdeu a vida, mas logo depois, com a batalha do Diu, o chefe local foi definitivamente derrotado e os portugueses se estabeleceram na região.

O primeiro mandatário nomeado para administrar aquela região, enquanto vice-rei, foi Francisco de Almeida, que estabeleceu sua sede em Cochim. Em 1510, com a tomada de Goa, a sede administrativa foi transferida para aquela cidade. Isso ocorreu após acordo entre Afonso de Albuquerque e Timmaya<sup>3</sup>. Ocorre que a população nativa hindu não via com bons olhos a dominação muçulmana da região. Templos haviam sido destruídos e as práticas religiosas dos nativos eram perseguidas. Assim, houve uma aliança entre os nativos e os lusitanos, visando a expulsão dos árabes, o que de fato ocorreu. Mas os portugueses assumiram alguns compromissos fundamentais para o bom andamento da futura colonização: os hindus seriam mantidos na posse de seus direitos, propriedades, leis e instituições, governados por funcionários indianos e sujeitos apenas aos mesmos impostos antigos. O regime de propriedade, de aldeia, de casta<sup>4</sup>, de família, de sucessões, dentre outros, continuou o mesmo. A

3 Timmaya (ou Timoja), um hindu exilado de Goa, almirante de uma frota Honavar, vinculada ao Império Vijaya, que havia recebido apelos da população hindu de Goa para libertá-la do domínio muçulmano então vigente.

4 Define-se casta como grupo social hereditário, no qual a condição do indivíduo passa de pai para filho. O grupo é endógamo, isto é, cada integrante só pode casar-se com pessoas do seu próprio grupo. As castas hindus, segundo a tradição milenar, é composta pelos *brâmanes*, sacerdotes e letrados, que nasceram da cabeça de Brahma; os *xátrias*, guerreiros, que nasceram dos braços de Brahma; os *vaixás*, comerciantes, que nasceram das pernas de Brahma; e os *sudras*, que são os servos em geral (camponeses, artesãos e operários), nascidos dos pés de Brahma.

organização financeira obedecia a este princípio fundamental: “a gerência comunal, por seus exatores, cobrava contribuições de aldeia perante a qual esses respondiam pela soma integral da receita” (Pinto, 1923, vol. 1, p. 101). Cada comunidade aldeada respondia integralmente por ela perante a câmara geral da província que, por sua vez, respondia ao Estado.

Embora ele não tivesse ordens de Lisboa para ocupar Goa, Afonso de Albuquerque foi instado a auxiliar a resistência de Goa contra o senhor muçulmano da cidade, o turco-persa Yusuf Adil Khan. Como suas tropas achavam-se ausentes, em uma guerra local, os portugueses e os hindus, liderados pelo Príncipe hindu Mal’har Rao (Pinto, 1923, vol. 1, p. 73) aproveitaram o ensejo e atacaram a cidade, que se rendeu sem grande resistência. Albuquerque, contudo, foi logo cercado pelos muçulmanos e, depois de algumas perdas, teve de se retirar da região, à qual regressou, contudo, com maiores tropas, derrotando definitivamente os árabes e entrando na cidade, onde os portugueses foram recebidos com festas, em 25 de novembro de 1510.

A política administrativa adotada por Afonso de Albuquerque foi extremamente prática. Além de respeitar as estruturas sociais hindus, tratou de promover casamentos entre portugueses e nativos, o que fez surgir um número significativo de mestiços. Em geral, possuíam o apoio do governo de Albuquerque. Isso ocorreu porque o governador sabia que, em Portugal, não havia pessoas suficientes para a ocupação de Goa, território já amplamente miscigenado, com mouros, hindus — e suas profundas separações sociais, graças às castas, antes mencionadas — turcos, etc..

Esta multiplicidade de raças seria um dos motivos (dos mais poderosos) para que o segmento que combatia a política de Albuquerque pressionasse o rei D. Manoel pelo imediato abandono de Goa, considerando esta retirada como a política mais segura<sup>5</sup>. Para o historiador Cristovão Pinto, contudo, Albuquerque foi vítima das intrigas palacianas na corte de Lisboa. Acusaram-no de desperdiçar o orçamento e da insensatez em seus planos. Depois de justificado o seu proceder, em relatório ao rei D. Manuel, foi-lhe permitido, como reconhecimento, conservar Goa. Mas os que eram contra o projeto insinuaram ao monarca que o governador pretendia e ameaçava tornar-se príncipe soberano e independente, com o título de Duque de Goa, o que lhe valeu a sua demissão, sendo substituído por Lopo Soares de Albergaria, cujos principais conselheiros eram adversários declarados e alguns deles, inimigos pessoais, também, do antigo

---

À margem dessa estrutura social, há os *dalits*, que vieram da poeira debaixo do pé de Brahma. Mais conhecidos como *párias*, ou sem casta, eram considerados os mais atraídos por todas as castas.

5 Isso ocorria porque, originalmente, Albuquerque fora enviado com a tarefa de capturar Ormuz, Áden e Málaca. Afonso de Albuquerque decidiu por conta e risco o ataque a Goa, reconhecendo, acertadamente, aliás, sua posição privilegiada (quase uma ilha) e sua potencial importância como praça comercial e militar. O primeiro ataque, pelo almirante António de Noronha, em fevereiro de 1510, levou-o a uma fácil vitória sobre o administrador muçulmano Ismail Adil Shah. Mas os árabes retomaram a praça em maio do mesmo ano, após sitiarem os portugueses; recuando para Cananor, Albuquerque organizou uma frota mais poderosa e retomou definitivamente a cidade, em 10 de dezembro ainda de 1510. A posse de Goa foi contrária à vontade de seus capitães, do mesmo modo que contra a vontade do rei. Mas a Corte o apoiou. Toda esta situação fez com que os primeiros anos da administração de Afonso de Albuquerque e a própria colonização lusitana se tornassem extremamente instáveis, como se verá a seguir.

mandatário (Pinto, 1923, vol. 1, p. 75). Em 1516, porém, o monarca expediu novas ordens e determinou que Lopo Soares se limitasse ao governo de Calicute, Cochim e Málaca. Albuquerque deveria voltar a ser governador, com o título de vice-rei (fato que acabou se tornando público apenas depois de sua morte) dos mares da Índia e da Arábia. São esses detalhes que evidenciam as contradições da história da colônia indiana e mostram o porquê de ela se diferenciar das demais que, durante séculos, estiveram nas mãos dos portugueses.

Nos anos seguintes, Portugal ratificou a política de Albuquerque, de sorte que os soldados e administradores que saíam da metrópole, em direção à Ásia, levavam suas famílias, ou seja, iam se estabelecer, de fato, na colônia. A metrópole também decidiu mandar para Goa as *órfãs* — jovens pobres, ainda que bem nascidas, que o rei D. João III enviava para constituírem família nas novas terras.

Sucederam-se conquistas de territórios ocupados pelos árabes, como Damão, Salsete, Bombaim e Diu, que constituíram a “Província do norte” da Índia; o Império Português atingia proporções gigantescas. Por exemplo, a cidade de Macau foi arrendada pelo imperador chinês aos portugueses, em 1557, graças à ajuda que os mesmos lhe haviam prestado contra a guerra dirigida aos japoneses. Com isso, Portugal dominava a rota comercial de Macau a Nagazaqui, que trazia seda e ouro chineses, bem como prata e cobre japoneses, o que fortificava as rendas do império. Na verdade, não podendo dominar todos esses territórios, Portugal havia optado por dominar suas rotas comerciais, o que constitui a chamada *talassocracia*. Isso fez com que Goa se tornasse fundamental para garantir a segurança de tais intercâmbios. Em 1543, pode-se dizer que este processo de conquista e de fixação, mais o domínio das rotas marítimas, havia chegado ao auge de seu desenvolvimento. Todo este processo fez com que Portugal se decidisse por fortificar significativamente as embocaduras dos rios Mandovi e Zuari, em meio aos quais se localizava Goa (ilha de Tissuari). Esta política mostrar-se-ia estratégica para o século seguinte, quando, sobretudo na região norte, a ascensão do reino marata, de Shivaji Maharaj (1630-1680) traria lutas e revoltas contra os portugueses, quando Goa se tornou centro militar fundamental, além de importante porto comercial.

Desde 1661, porém, a região de Bombaim fora formalmente cedida à Inglaterra, como dote de casamento da infanta Catarina de Bragança, Princesa da Beira, com o rei Carlos II. Outras regiões foram perdidas para os maratas, até que uma força armada da nova nação, reconhecida independente, pela Inglaterra, em 1947, de 40 mil soldados, atacou e ocupou Goa, encontrando pouca resistência dos portugueses. E embora a ONU pretendesse condenar o ataque, o mesmo foi sustentado pela representação da União Soviética. Apesar de tentativas diplomáticas para resolver a questão, o chefe político português da época, António Oliveira Salazar, não aceitou negociar o reconhecimento da independência da Índia, o que só viria a ocorrer após a revolução de abril de 1974.

## A imprensa na colônia de Goa

O segundo documento a ser impresso na colônia indiana, de que se tem notícia, foi o *Catecismo da doutrina cristã*, material que visava doutrinar os nativos. Foi publicado em 1557, cinco anos após a morte do seu autor, o padre S. Francisco Xavier (1506-1552), co-fundador da ordem jesuítica, com Inácio de Loyola. Neste período, eram responsáveis pelas prensas de Goa os padres da Companhia de Jesus. Em 1541, inaugurava-se a Confraria da Santa-Fé<sup>6</sup>, construída pelo padre Diogo de Borba, pelo vigário geral Miguel Vás e pelo governador D. Estevam da Gama, que também fundaram o colégio de S. Paulo, com o objetivo de promover a instrução e a educação religiosa dos filhos da Índia.

No ano de 1561, foi publicado o *Compêndio espiritual da vida cristã tirado pelo primeiro Arcebispo de Goa e por elle pregado no primeiro anno a seus fregueses*. Para o erudito bibliógrafo Innocencio Francisco da Silva, “este foi o primeiro livro impresso em Goa” (Gracias, 1880). Observa-se, pois, que há contradições, entre os pesquisadores, a respeito desses pioneirismos. Em virtude dos decretos do primeiro concílio provincial, ordenou-se ao arcebispo D. Gaspar as *Constituições Synodales do Arcebispado de Goa*, que saíram publicadas em 8 de abril de 1568, em folhetim, por João de Edem. Sua segunda edição ocorreu em 1643, contendo 115 páginas. Trazia as licenças para impressão assinadas, entre 1640 e 1643, pelos Inquisidores Antonio de Faria Machado e George Seco Macedo. O arcebispo D. Gaspar de Leão Pereira publicou, em 1573, *Os desenganos perdidos*, de João de Edem. Este livro foi escrito em forma de diálogos, sendo personagens um cristão e um mouro que se encontravam entre Suez e o Cairo. Foi examinado pelo padre Francisco Rodrigues, provincial da companhia, e aprovado pelo doutor Bartholomeu da Fonseca, Inquisidor. O seu preço era de quatro tangas<sup>7</sup> de boa moeda. Ainda que aprovado pelos representantes da Igreja na Índia, o livro foi proibido de circular em Portugal, pela Inquisição, no ano de 1581. Havia uma grande censura aos livros e folhetos impressos, mesmo que fossem de pessoas reconhecidas e tidas como de confiança por parte do governo colonial. Isso não ocorreu apenas na colônia indiana, mas em todas as demais, e até mesmo a metrópole foi vítima da Inquisição.

As últimas publicações das tipografias das ordens monásticas foram as dos *Solilóquios divinos*, que datam de 1640; e uma nova edição, a terceira, de *O Purana*<sup>8</sup>, de 1654. Em 20 de março de 1754, uma ordem foi enviada, em nome do rei, pelo Secretário do Estado, Diogo de Mendonça Côrte Real, para não se consentir estabelecimento algum de imprensa, “não só particular,

6 Trata-se de uma das organizações da Inquisição da Igreja Católica.

7 O antigo sistema hindu de moedas compreendia a *rúpia*, denominação vinda do sânscrito *rupya*, que significava *boa moeda de prata*. No sistema da Índia Portuguesa, até 1871, cada rúpia valia 10 *tangas* ou 60 *réis*, na moeda da metrópole portuguesa. Depois deste ano, e até 1958, cada *rúpia* passou a valer 6 *tangas*, ou 60 *réis*. A partir de 1958, o governo português impôs o *escudo*, sendo que 1 *rúpia* valia 6 *escudos*.

8 Extenso poema de 11.018 estrofes escrito em marata concani a partir de narrativas míticas.

mas ainda nos conventos, colégios ou qualquer outra comunidade por mais privilegiada que seja” (*O Chronista de Tisuary*, volume 2º, p.95). Assim procurava o enérgico ministro D. José (Marquês do Pombal) neutralizar todos os meios de ação de que dispunha a então ultrapoderosa Companhia de Jesus (Cunha, 1923, p. 3). Estabelecia-se, pois, a censura sobre os prelos na Índia.

A colónia já sofrera um grande hiato nas suas publicações, entre 1574 e 1616, pois não há obras conhecidas, impressas durante este período. Não se sabe se houve interdição das impressoras ou o que foi produzido no período está perdido. Nesta nova interrupção, até 1821, não se conhece qualquer trabalho nas tipografias, pelo motivo da expulsão dos jesuítas da Índia Portuguesa. Durante esses 67 anos de paralisação, um grande número de obras literárias ficaram inéditas ou foram publicadas em outros países. Devi Vimala e Manuel de Seabra destacam que Goa, pioneira da imprensa do oriente, viu-se desprovida desse valioso veículo de civilização: “Por isso o primeiro número da *Gazeta de Goa*, em 22 de dezembro de 1821, marca uma das mais importantes datas da história cultural de Goa, marca o início da sua renascença literária e cultural” (Devi & Seabra, 1971, p. 134).

### **O renascimento cultural e a imprensa**

O século XIX terá enorme relevância para as letras goesas, coincidindo com as novas descobertas em todos os domínios das ciências e das artes que, desde a Europa, naturalmente eram passadas para as colónias, o que contribuiu para estimular os naturais pela busca de uma definição mais precisa de sua consciência cultural. Produziu-se, assim, um inovador surto cultural. Ao surgir, naquele momento, na sua forma mais moderna, o jornalismo transformou-se em um veículo de progresso: “As lutas ideológicas da época serviram naturalmente da sua flexibilidade e para as mais ardorosas polémicas em que estava em jogo o destino do mundo”.

Goa, Damão e Diu constituíam a chamada Índia Portuguesa. “Foram publicados sete órgãos da imprensa oficial, 104 de significado informativo, 17 políticos, 13 diários, 23 literários, 15 de interesse científico, cinco de direito, quatro de história e arqueologia e 20 que tratavam de questões religiosas, impressas em português e noutros idiomas” (Neves, 1989, p. 103), indica um levantamento de João Alves das Neves. O primeiro jornal goês foi a *Gazeta de Goa*, de edição semanal. Seu redator fundador foi José Aniceto da Silva. Continha as deliberações do governo, o cadastro mensal da receita e despesa do tesouro público, do Senado da Câmara, da Santa Casa da Misericórdia, e notícias nacionais e estrangeiras. Contudo, com o passar dos anos, “foi perdendo muito o seu primitivo valor, após a morte trágica de seu segundo redator, Luís Prates, convertendo-se em um veículo de dissensões e animosidades” (Cunha, 1923, p. 5).

A Junta administrativa que sucedeu ao vice-rei D. Manuel da Câmara lavrou, em 29 de agosto de 1826, uma portaria mandando cessar a sua publicação no final de setembro, sob o

fundamento de que “sempre o governo passou sem imprensa e sem gazeta até a infeliz época da revolução e nestes tempos desastrosos só produziu males, e achando-se actualmente os tipos imprestáveis, não havia inconveniente em se suspender a Gazeta” (Cunha, 1923, p. 6).

O segundo jornal oficial surgiu em 13 de junho de 1835 e se chamava *Chrónica Constitucional de Goa*, semanal. Foi redigido pelo mesmo José Aniceto da Silva, que cuidava da parte não-oficial do semanário. Consagrou-se com a política de combate violento junto aos jornais portugueses que defendiam, em Bombaim, a causa do administrador deposto. Teve apenas quatro edições, sendo a última em 8 de agosto daquele ano. Era editado na tipografia do governo.

Seu sucessor foi o jornal oficial *O Boletim do Govêrno do Estado da Índia*, que começou a ser editado em 7 de dezembro de 1837, já em harmonia com o decreto de um ano antes, que exigia que cada colónia imprimisse um boletim, tendo por redator o Secretário do Governo, que se tornou o responsável por sua administração. O primeiro redator foi o secretário António Mariano de Azevedo, auxiliado pelo cônego Caetano João Peres e por Cláudio Lagrange Monteiro Barbuda. No princípio, era semanal, com exceção dos cinco primeiros meses de 1843, como se veio fazendo depois, desde o começo de 1856 até agosto de 1879 (Cunha, 1923, p. 7).

De setembro de 1879 a 30 de abril do ano seguinte, foi semanal. Por recomendação do Secretário Geral, Eduardo Balsemão (do jornal *Portugueses do Oriente*), publicou-se três vezes por semana, às terças, quintas e sábados, até 1º de maio de 1822, ano em que circulou diariamente, com exceção dos feriados e dias santificados. Voltou a ser tri-semanal em 1º de dezembro de 1887 e durou ainda dez anos. Em 1898, passou a bi-semanal, circulando às terças e sextas-feiras. Um ano depois, deixou de editar a sua seção noticiosa e histórica. No seu último ano de publicação, passou a chamar-se apenas *Boletim Oficial*, conforme uma lei de 1869.

O semanal *Echo da Lusitania* foi o primeiro jornal político da Índia Portuguesa. Era impresso nos prelos do governo, pois não havia outra tipografia no país. Era redigido pelo desembargador Manuel Felicíssimo Lousada de Araújo, tendo cunho oficial, sendo um jornal daquele mesmo capitão José Aniceto da Silva. Iniciou-se em 7 de janeiro de 1836 e encerrou suas atividades em 5 de março de 1837.

Naquele período, a maioria dos jornais publicados em Goa tinha cunho político. O jornal político, para António Maria da Cunha, precedeu a todos, acirrando ódios e rancores, pois os fomentava graças à linguagem virulenta e insolente (Cunha, 1923).

Em Damão, circulou *O Portuguez em Damão*, semanário político fundado por Bernardo Peres da Silva, prefeito, e por Constâncio Roque da Costa, secretário da prefeitura<sup>9</sup>. Foi criado para combater a *Chrônica Constitucional de Goa*. Dele se publicaram apenas quatro edições, de 4 de julho de 1835 a 8 de agosto, na tipografia do governo, em Goa. Em Bombaim,

9 Na organização administrativa portuguesa, o *prefeito* é o *Presidente da Câmara Municipal*.

circularam o *Investigador Portuguez* e a *Sentinela da Liberdade*<sup>10</sup>, jornais políticos assinados por João de Sousa Machado.

A *Abelha de Bombaim*, semanário político, literário e comercial, era redigido por Luís Caetano de Menezes que, na opinião de António Maria Cunha, era um vigoroso jornalista. Começou a ser publicado em setembro de 1848, alcançando em 31 de agosto de 1861 a sua última edição. Teve “uma popularidade jamais excedida pelo desassombro, vigor e conhecimento com que era redigido, mantendo polémicas em que sempre triunfou mercê de seus botes certos” (Cunha, 1923, p. 7).

A primeira tipografia particular surgiu em 6 de abril de 1859, com a publicação da edição de lançamento de *O Ultramar*. Foi de Bernardo Francisco a glória de criar em Goa o primeiro jornal não-oficial, que marcou o início de um período de progresso com grande repercussão na vida social do país (Lopes, 1971, p. 7).

*O Ultramar* executou toda a espécie de publicações, produzindo uma larga atividade literária até então desconhecida. Como Bernardo Francisco foi eleito deputado às Cortes, ficou responsável pelo jornal, seu irmão, António Anastácio Bruto da Costa, desde 23 de outubro de 1884. Após a sua morte, em 24 de abril de 1891, quem assumiu a direção foi o filho, Brás Condorcé Bruto da Costa, advogado. O jornal então passou a ser bi-semanal, desde novembro de 1905. Foi o primeiro jornal goês a comemorar o seu cinquentenário.

Em setembro de 1894, *O Ultramar* publicou uma série de artigos sob a epígrafe “Fastos do fanatismo”, de autoria de Bernardo Francisco da Costa. Os artigos provocaram uma circular do Arcebispo Valente, condenando como heréticos e opostos à fé esses e outros textos, proibindo que *O Ultramar* tivesse ingresso no seminário ou nas residências dos párocos e missionários, bem como nas suas diversas dependências. Essa proibição durou 26 anos.

A *Índia Portuguesa*, da redação de Manuel Lourenço de Miranda Franco, surgiu em 4 de janeiro de 1861. Era composto por oito páginas de formato tablóide. No seu primeiro aniversário, ampliou seu formato.

É necessário ressaltar que, durante esse período de ressurgimento da imprensa, na colônia indiana, não havia nenhum tipo de restrição aos jornais. Assim, as publicações não indicavam os nomes de seus redatores nem de seus editores. Contudo, nova censura começava a vigorar, pois uma legislação, posta em vigor em 1895, preocupava-se em controlar as publicações periódicas<sup>11</sup>.

10 Mais um jornal com o título *Sentinela da Liberdade*, influenciado por periódico semelhante, editado no Brasil, e sobre o que comentamos na nota 4, no capítulo dedicado ao jornalismo na África.

11 Houve, nesta época, uma revolta por parte dos soldados hindus a serviço do império português, os *cipaios*: a designação vinha da Índia Inglesa, mas foi adotada pela administração portuguesa. Inácio Caetano Felícissimo de Carvalho, nativo hindu, foi acusado de sedição e derrotado pelas tropas do Capitão Manoel de Oliveira Gomes da Costa, o 1º. Visconde de Bardez. Há informações descontradadas a respeito do episódio, por parte dos historiadores, sendo que a autoridade portuguesa deixou, em livro, seu depoimento oficial. Esta sedição foi especialmente incentivada pelos

No dia 2 de dezembro daquele mesmo ano, publicou-se uma portaria determinando que cessasse em Goa “a publicação de todo e qualquer periódico ou panfleto ou ainda manuscrito a que se desse publicidade”, contendo assuntos proibidos. Já por outra portaria anterior, de 15 de novembro. A restrição durou até 9 de setembro de 1897. Reapareceram, então, *O Ultramar* e *A Índia Portuguesa*. Esse repouso forçado não impediu que a imprensa goesa tivesse defensores, como os jornais anglo-indianos de Bombaim e também da imprensa de Lisboa (Cunha, 1923, p. 11).

### A expansão da imprensa

Em Lisboa, no ano de 1899, foram colocadas as bases para a fundação de um jornal diário em Goa. Em 15 de dezembro daquele ano, lançava-se um prospecto impresso para a criação da “Casa Luso-Francesa” e a criação do *Diário da Índia*, sob a direção política do Conselheiro Fernando Cláudio da Cunha Pinto. Era responsável pela criação da Casa Luso-Francesa, António Maria da Cunha. Contudo, a ideia do jornal foi abandonada após o lançamento de *O Herald*.

No dia 22 de janeiro de 1900, circulava o primeiro número de *O Herald*, de Messias Gomes. Tinha um formato tablóide. Um ano após Gomes partir para a capital portuguesa, assumiu a direção do jornal António Maria da Cunha, no dia 3 de setembro de 1901, passando a ser também um dos proprietários do jornal. Como conquistou um grande público, modificou-se seu formato, ampliando-o e assim dando-lhe a dimensão de *standart*. A primeira edição a rodar neste novo formato foi em 7 de janeiro de 1902. Esse impresso tinha por objetivo, desde a sua fundação, “fazer do jornal um instrumento de educação popular, ensinar ao povo o caminho das atividades construtivas, levantar o nível mental das massas” (Lopes, 1971, p. 28).

António Maria da Cunha permaneceu na direção do jornal até 8 de maio de 1908, quando assumiu a responsabilidade de outro jornal diário, *Herald*, que teve como redator efetivo o general-médico José Maria da Costa Álvares, considerado um dos maiores propulsores da imprensa diária em Goa.

*O Herald* experimentou diversos formatos e algumas interrupções, até que seu fundador o retomou, fazendo-o ressurgir após um intervalo de mais de 21 meses, no dia 10 de janeiro de 1923 (Cunha, 1923, p. 23).

No ano de 1905, iniciava-se, em Margão, a publicação semanal de *O Echo da Índia*, cuja primeira edição saiu em 9 de setembro. Em 1907, parou de ser impresso. Também em 1905, publicou-se, na capital do estado, *O Diário de Goa*, que acabou um ano após.

Surge, então, *O Pygmeu*, em 4 de fevereiro de 1908, com um formato bem pequeno,

---

*rane*, uma casta de nobres hindus, que começava a organizar com maior consistência um movimento de resistência ao domínio lusitano.

como indica o seu título. Em 31 de dezembro de 1909, mudou o seu tamanho, passando algum tempo depois a ser publicado três vezes por semana, com outra chefia de redação. Em 1º de dezembro de 1919, nasceu outra publicação em formato tablóide, o *Diário da Noite*.

A partir das conclusões tiradas pelos autores até aqui pesquisados, pode-se dizer que o jornalismo diário em Goa provocou certa estranheza. Afinal, sua linguagem cortês e serena diferenciava-se dos antigos pasquins políticos. Também a sobriedade e, sobretudo, a delicadeza das frases e a atenção devida aos adversários, que não estavam acostumados com esse tipo de leitura, chama a atenção, ao se perceber que o jornalismo diário, mesmo na sua origem, fez com que, aos poucos, quase toda a imprensa goesa aprendesse a utilizar uma linguagem moderada e menos agressiva.

### Outros tipos de jornalismo

O jornal literário da Índia Portuguesa também fez história. O primeiro jornal com esse foco, a ser editado, foi *A Biblioteca de Goa*, da Imprensa Nacional. Sua redação era coletiva, sendo seu principal responsável João Antônio de Avelar. Contudo, dele se publicou apenas um único número, em janeiro de 1839.

O bi-semanal *Encyclopedico* circulou de 31 de julho de 1841 até 30 de junho de 1842, sob a direção de Cláudio Lagrange Monteiro Barbuda. Suas edições eram ilustradas com duas estampas litografadas e encartado no *Boletim do Govêrno*. Seu idealizador tinha “um entusiástico interesse pelas elocubrações do espírito e animador incentivo para as manifestações do pensamento” (Cunha, 1923, p. 25).

O *Compilador* foi um poderoso jornal no progresso literário goense, pois se diferenciava dos demais por seu senso estético e também porque trazia, nas suas edições, os melhores artigos do jornal *O Panorama*, de Lisboa<sup>12</sup>.

Houve ainda outras publicações que duraram muito pouco tempo, dentre elas *O Mosaico*, de Manuel Joaquim da Costa Campos, de que António Maria Cunha diz ter sido uma das organizações mais simpáticas de Goa. Esse jornal literário viveu apenas seis meses.

O tenente do exército de Portugal, João Felipe de Gouveia, cujo nome está ligado a várias publicações em Goa e em Bombaim, publicou o semanal *Recreio das Damas*, voltado ao público feminino letrado. A primeira edição saiu em 9 de maio de 1863, sendo a última de 5 de outubro do mesmo ano. Rodava na Imprensa Nacional.

12 Pode-se consultar, a respeito, “Uma descrição de Porto Alegre n’*O Panorama* (1843)” (Hohlfeldt; Sousa & Lourival, 2012, pp. 29-56). Estampava imagens produzidas pelo processo de xilogravura. Sua redação era coletiva e tinha como diretor João Antônio de Avelar, o mesmo de *A Biblioteca de Goa*. Publicou-se em duas séries: a primeira, de 7 de outubro de 1843 a 28 de dezembro do ano seguinte, e a segunda, a partir de 15 de julho de 1847, até dezembro do mesmo ano.

De 30 de novembro de 1864 até 31 de dezembro de 1866, circulou a *Ilustração Goana*, sendo seu diretor e proprietário o escritor Luís Manuel Júlio Frederico Gonçalves. Os dois primeiros números foram impressos na Imprensa Nacional e os demais na tipografia do *Ultramar*. Ali se manifestaram importantes pensadores goeses (Cunha, 1923, p. 26).

Em 1865, publicou-se *Harpa do Mandovy*<sup>13</sup>. Sua redação era coletiva, tendo como editor Ubaldo da Costa Campos. Era um jornal de poesia e sua impressão ocorria na Imprensa Nacional. Dele se editaram seis números, de 7 de junho de 1865 a 20 de novembro do mesmo ano.

Esse foi considerado o período mais brilhante da literatura, principalmente a partir de 1870, ano da chegada de Tomás Ribeiro, Secretário Geral do Governo. Sua presença na colônia indiana impulsionou a literatura local e estimulou muitas vocações. O “Instituto Vasco da Gama” foi a agremiação literária de maior prestígio, fundada em Goa, à qual pertenciam todos os valores culturais daquela terra. Teve seu jornal, com a mesma denominação, *Instituto Vasco da Gama*, mensal, impresso na Imprensa Nacional. Inseria as memórias lidas nas suas sessões. Tendo-se editado o primeiro número em janeiro de 1872, terminou com a edição de 1875, já sob a direção de Cunha Rivara. Seu encerramento decorre de acontecimentos políticos que provocaram a saída do Visconde de S. Januário, do Governo Geral, bem como do Secretário Tomás Ribeiro (Cunha, 1923, p. 27).

Com o aparecimento da imprensa diária e independente, surgiram revistas de todos os âmbitos. Primeiramente, circularam como suplementos dos jornais. *A Revista da Índia* é um exemplo. Foi publicada como suplemento literário do semanário *Boletim do Comércio*, tendo por diretores o poeta Paulino Dias e Adolfo Costa. Dela saíram doze edições, de julho de 1913 aos últimos meses de 1914. Outra revista também publicada no mesmo jornal foi *A Revista Académica*, composta pelos estudantes do Liceu Central, de Nova Goa. Seus redatores eram António Cunha Gomes, Marcos Caetano Colaço e António de Noronha Rodrigues. Durou um ano, de 1919 a 1920.

António Maria da Cunha ressalta que, desde 1862, não faltaram revistas que tivessem por objetivo popularizar o estudo das ciências (Cunha, 1923, p. 32). Em 15 de janeiro daquele ano, surgiu o *Jornal de Pharmacia e Sciencias Medicas da India Portuguesa*, impresso na Imprensa Nacional, mensalmente. Era redigido pelo primeiro farmacêutico do quadro de saúde e professor na Escola Médica de Goa, António Gomes Roberto. Foi publicada com esse nome até 15 de dezembro de 1863, sendo que, em janeiro, foi substituída pelo *Archivo de Pharmacia e Sciencias Accessorias da India Portuguesa*. Sua última edição é de dezembro de 1871.

Com o mesmo assunto, aparece o *Jornal de Pharmacia* e, poucos meses depois, em 1º de outubro de 1862, a *Revista Medico-Militar da Índia Portuguesa*, do cirurgião-mor Augusto

13 Alusão a um dos dois rios que formam a embocadura na qual se encontra a ilha de Tissuari, onde foi edificada a cidade de Goa.

Carlos de Lemos, ambos impressos mensalmente. O último circulou em Nova Goa, até 1º de janeiro de 1864.

A tipografia Rangel, de Bastorá, foi a primeira a ser montada para a impressão de materiais literários, o que facilitou a publicação de vários livros. Nela, foi criada a revista mensal *O Arquivo Médico da Índia*, circulando no período de julho de 1894 a maio de 1896. Eram seus editores os médicos de Bardês, Luís Napoleão de Ataíde e Angelo Custódio Martins. Assim como as demais publicações científicas daquele período, também foi vítima da portaria de 1895 que proibiu, na colônia luso-indiana, a edição de periódicos.

A revista médica que mais acentuadamente firmou o grau do progresso científico local foi o *Boletim Geral de Medicina e Farmácia*, fundada em 1911, pelo Professor Froilana de Melo, que nela publicou trabalhos originais de empolgante atualidade e de reconhecida importância (Cunha, 1923, p. 32). Em 1917, passou a ser órgão oficial do governo. Em virtude do disposto em seus Estatutos, denominou-se, a partir do número I da série IV, *Associação Médico-Farmacêutica da Índia Portuguesa*.

Foram poucas as publicações com foco no Direito, durante o período de colonização. A mais importante delas é *A Revista dos Tribunais*, do advogado Ascanio Sebastião dos Remédios Costa, cujo primeiro número saiu em 2 de abril de 1893. Foi reeditada em 15 de abril de 1921, pelo seu filho, o advogado Emílio da Costa Martins, que dela reproduziu alguns exemplares.

Desde a Inquisição, não havia nenhum registro de qualquer impresso de cunho religioso em Goa, até a publicação do *Oriente Catholico*, de 1867, editado pelo Pe. Casimiro Cristóvão de Nazaré. O *Oriente* era quinzenal, impresso pela Imprensa Nacional de Nova Goa, tendo terminado em dezembro de 1870.

Em 15 de julho de 1867, começou a circular o mais polêmico dos impressos religiosos, *A Cruz*, quinzenal. Em 26 de julho de 1879, passou a ser *in folio*, época em que, no combate violento contra a Propaganda Fide<sup>14</sup>, o jornal assumiu um cunho mais político do que religioso. Seus redatores eram os padres Manuel Agostinho de Carvalho, António Francisco Xavier Alvares e Mar Julius. Por ser político, o arcebispo D. António Sebastião Valente, que depois se tornou primeiro patriarca das Índias Orientais, proibiu, em julho de 1882, a sua circulação.

O proprietário do jornal recorreu à Coroa, contra o ato do Prelado, sendo que a Relação de Goa deu provimento ao recurso, condenando o Arcebispo a revogar a proibição, sob pena de perder as suas temporalidades. Contudo, o governo da Metrópole ordenou, por telégrafo, ao agente do Ministério Público, que interpusesse recurso contra o acórdão da Relação. De seu lado, o Supremo Tribunal de Justiça de Lisboa, por acórdão de 13 de julho de 1885,

14 A Propaganda Fide é a congregação que examina e julga se determinados livros podem ser lidos por católicos. Foi criada em Roma, no século XVII. Popularmente é conhecida simplesmente como a Inquisição.

não tomou conhecimento do recurso, ficando apenas o acórdão da Relação. “Mesmo assim *A Cruz* deixou de existir em 18 de julho de 1882” (Cunha, 1923, p. 37).

Um ano depois, começou-se a imprimir *O Crente*, em Orlim, redigido pelo Monsenhor Francisco Xavier de Loiola. Passou a ser órgão oficioso da Arquidiocese, pois tendo o governo português admoestado, em portaria de 25 de novembro de 1894, o prelado, por ter publicado no *Boletim Oficial* uma pastoral, em 1º de setembro do mesmo ano, contendo a encíclica *Humanum Genuas*, que ainda não havia recebido o indispensável beneplácito régio, o mesmo prelado deixou de mandar à folha oficial os diplomas emanados de sua secretaria, como era de uso até então, dando-lhes, porém, publicidade, que seria considerada oficial, nas colunas do *Crente* (Cunha, 1923, p. 37). O jornal foi impresso em Orlim, até 3 de dezembro de 1894. No ano seguinte, monsenhor João Excelso de Almeida assumiu a sua direção e passou a publicá-lo em Nova Goa, até a transferência da tipografia do *Crente* para Pondá.

Impressos periódicos de reconhecida utilidade contribuíram poderosamente para a vulgarização de documentos inéditos, que jaziam nos velhos arquivos oficiais, como o *Gabinete Literário das Fontainhas*, na direção de Felipe Neri Xavier. Esse impresso trazia importantes curiosidades e variadas informações de estatísticas e descrições de usos e costumes. Começou em 1846, mensalmente, até dezembro de 1848, constituindo três volumes. Depois de 1848, passou a se publicar de forma irregular, o que fez perder seu caráter de jornal, embora o nome continuasse o mesmo.

Também a *A Coleção das Leis Peculiares das Comunidades Agrícolas dos Concelhos das Ilhas, Salcete e Bardez* foi publicada em duas partes. A primeira, em 1852 e a segunda, em 1855.

Por seu lado, o Conselheiro Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara empreendeu a reprodução de vários documentos sob o título de *Archivo Portuguez Oriental*, cujo primeiro fascículo saiu em 1857 e o último em 1875 (foi dividido em duas partes: a primeira, publicada em 1875, e a segunda, no ano de 1876). Cunha Rivara também publicou o periódico mensal o *Chronista de Tissuary*<sup>15</sup>, impresso de janeiro de 1866 a julho de 1869. Continha reproduções de valiosas informações e documentos históricos. O Governo Central, por portaria do ministro Sá da Bandeira, de 31 de maio de 1858, o incumbiria de continuar a obra de João de Barros e Diogo de Couto<sup>16</sup>, autorizando-o a deslocarse, a fim de “colher nos próprios lugares as memórias dos feitos portugueses nas regiões do oriente” (Cunha, 1923, p. 37). Para tanto, a Fazenda iria custear as despesas do jornalista, quando necessário. Contudo, Cunha Rivara jamais se valeu de qualquer ajuda do governo, coligindo, sempre que se lhe ofereceu ensejo para tanto, “informações, memórias e relações de sucessos antigos e modernos”, todas registradas no *Chronista de Tissuary*.

Em 1º de abril de 1894, o médico Pitagoras da P. Lobo iniciou a publicação de um jornal

15 Conforme já se registrou antes, refere-se à ilha sobre a qual foi edificada a cidade de Goa.

16 Os primeiros cronistas das colonizações portuguesas, em especial na Ásia.

quinzenal. O periódico se chamava *O Indispensável*. Era impresso na tipografia Rangel, de Bastorá. Foi suspenso um ano depois. Tratava-se de um jornal de ciências, artes e indústria. Reapareceu em 1º de outubro de 1906, com uma seção musical dirigida por V.J. Janim Rangel. Em 29 de janeiro de 1913, passou a ser semanal, com a mesma seção dirigida por F.X. Pinto. Essa seção sobre música deixou de ser publicada em 17 de janeiro de 1914. Poucos meses depois, o jornal tem a sua direção abandonada pelo fundador. Voltou a ser editado em 17 de julho do mesmo ano, ainda sob a direção do mesmo Janim Rangel. Passou a chamar-se *Indispensável* e, como subtítulo, *revista quinzenal enciclopédica, biográfica, científica, histórica, social, jurídica, medica, musical, literária, artística, noticiosa*.

Os distritos de Damão, Diu e Bombaim também tiveram os seus jornais indoportuguêses. Entre os diversos títulos, destacam-se *O Portuguez*, de Damão, de 1835, e a *Sentinela da Liberdade na Guarita de Damão*, de 1837 (Cunha, 1923, p. 44)<sup>17</sup>. Porém, não há registros de outros jornais até 1890, ano em que se começou a circular *O Damense*, jornal tablóide, impresso mensalmente em Bombaim. Seus redatores eram os advogados Manuel Sebastião Vaz e Luís Diogo de Brito. O primeiro número saiu em 1º de julho, sendo o último a sua 44ª edição. De Diu, o único jornal de língua portuguesa que se conhece é o *Diuense*, publicado entre os meses de maio e agosto de 1892, terminando como suplemento em um jornal regional, no mês de setembro. Provavelmente, o seu editor era Berlamino do Rosário (Cunha, 1923, p. 44). Bombaim teve grande influência no jornalismo indo-português, ainda que fosse um território colonizado pelos ingleses, pois era um núcleo de cidadãos portugueses (Cunha, 1923, p. 45). A imprensa em Bombaim passou por duas fases similares às vividas por Goa que, ao longo desta síntese, está sendo descrita. A primeira (mais política e ideológica, polémica) destaca os jornais *Investigador Portugues*, *Pregoeiros da Liberdade*, *Observador* e a *Abelha de Bombaim* que, em luta ao lado dos jornais de Goa, defendiam as oligarquias portuguesas, no tempo em que as convulsões políticas do constitucionalismo predominavam. A segunda fase (imprensa diária mais informativa e menos agressiva) aconteceu a partir do nascimento do impresso *O AngloLusitano* e, mais tarde, de *Horas Vagas*, *A Colonia Goana*, *O Boletim Indiano* e o *Portugues Britanico*. Todos exaltavam o sentimento patriótico dos filhos da terra e “todo o seu amor por Portugal” (Cunha, 1923, p. 47).

Com a emigração, formaram-se novas aglomerações, ao mesmo tempo em que se desenvolvia a cultura concani, sobretudo graças à publicação do *Dicionário Português-Concani*, do Monsenhor Rodolfo Delgado e de outros trabalhos de vários concanistas, habilitando a ler e escrever muitos goeses que desconheciam a língua portuguesa.

17 A 9 de abril de 1823 surgiu o jornal *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco*, que defendia a Independência do Brasil, com mudanças radicais, e era contra a escravatura. Recebeu vários complementos no nome, de acordo com o lugar em que Cipriano Barata, seu fundador, esteve preso. O *Sentinela da Liberdade* inspirou a criação de dezenas de outros jornais com esse nome pelo país e fora dele. Editou-se na mesma época em Porto Alegre um jornal de igual título, de Claude Dubreuil, francês. O jornal foi editado entre 1831 e 1836. De linguagem virulenta, era contrário aos *farroupilhas*, que lutavam pela independência da província em face do Império.

Em uma nova fase, a imprensa concani se difundiu criando novos métodos de escrever. Para tanto, imprimiu-se o *Alfabeto Mariano*, de Eduardo Bruno de Sousa, que editava o *Udebtechém Salok*, com o intuito de tornar popular o seu sistema gráfico.

O primeiro jornal marata<sup>18</sup>, segundo Cunha, apareceu tardiamente, em 1872, com *Dexassudaranetxo* (*Amigo do Progresso da Pátria*), surgindo outras publicações a posteriori, como o *Kesry* e o *Marata*, que nasceram graças à difusão da imprensa na Índia vizinha, além das revistas ilustradas, como *Pathea-Bodha*, do médico Ramachondra Panduroga Vaidya e a revista literária *Prachi Praba*. Também havia *O Pathea-Bodha* (*Conselhos Higiênicos*), revista médica, mensal. Começou a sua publicação em novembro de 1888, tendo, no ano seguinte, uma versão em português. Era impressa em Nova Goa, até o mês de abril de 1891, passando a ser editada em Bombaim, de outubro de 1892 a dezembro de 1894. O mesmo editor também publicou a revista literária e científica *Luz do Oriente*. Esta revista tinha por objetivo a difusão da literatura oriental, até então pouco conhecida.

Merece destaque a revista literária *Prachi Praba*, pois possuiu uma editora hindu, Sarasvatiba Vaidya, esposa de Ramachondra Panduroga Vaidya, a primeira mulher hindogoesa a figurar no campo das letras.

No ano de 1902, em Combarjua, começou-se a publicar o jornal marata *O Satsang*, que mantinha uma campanha de hostilidade contra o domínio britânico. O jornal era bastante lido na Índia-Inglesa, cujo governo protestou junto à administração indo-portuguêsa, que fez suspender essa campanha em 1907, desaparecendo ao mesmo tempo o jornal (Cunha, 1923, p. 48).

Em suma, o jornalismo indo-português, não apenas influenciou à colônia hindu-lusa, como também às colônias inglesas mais próximas a Goa. António dos Mártires Lopes defende a ideia de Gilberto Freyre, dizendo que, se a cultura luso-tropical madrugou em Goa, nas diversas manifestações do pensamento humano, não é menos certo que a imprensa periódica da Índia Portuguesa teve a sua primazia, no tempo e no espaço, como poderoso agente de civilização e melhor instrumento para a vulgarização de ideias e princípios europeus brancos, para o progresso do saber humano e a elevação do nível intelectual dos povos (Lopes, 1971, p. 7).

Na primeira fase dessa história, os jornais foram armas de combate dos partidos e oligarquias, sendo o principal meio de propaganda de ideias ou de ataque aos adversários. Neste período, dois fatos, na primeira metade do século XIX, tumultuaram e dominaram o ambiente político de Goa, o que ocasionou um grande número de violências e mortes, com lutas incruentas na imprensa, todas visando as ideias igualitárias proclamadas pelo criador do Estado da Índia, Afonso de Albuquerque, e pelo Marquês de Pombal.

18 Mas escrito em língua concani. A língua concani era aquela mais popularizada quando da conquista portuguesa. É um idioma indo-ariano, a partir do sânscrito. Na região norte da Índia, contudo, firmou-se a língua marata, que se tornou um dos 18 idiomas oficiais do Estado hindu, após 1985.

O primeiro momento agitado foi a implantação do regime constitucional em Portugal. O regime liberal apenas serviu para dividir o país em numerosos grupos que se digladiavam violentamente em busca do poder, refletindo as disputas que ocorriam na metrópole (Cunha, 1923, p. 50). Este período político, porém, foi fértil na fundação de jornais, órgãos dos diversos partidos.

Outra convulsão ressaltada pelos autores aqui citados foi o conflito religioso entre o Padroado do Oriente e a Propaganda Fide. O Padroado era uma instituição com seu centro em Goa. Com a expulsão dos jesuítas, em 1759, pela administração do Marquês do Pombal, Primeiro Ministro de Portugal, todas as missões sofreram grandes reveses e teriam ficado consideravelmente reduzidas, se o clero não desse o seu auxílio. A Propaganda achou o momento oportuno para se infiltrar nas missões do Padroado, que começou a retirar-se dos seus campos de evangelização. Em 1853, o *breve* papal Probe Nostis excomungou quatro sacerdotes goeses que, depois de doze anos, através de uma campanha do padre Estêvão Jeremias Mascarenhas, no Parlamento português, foram declarados beneméritos da Nação.

No segundo período jornalístico de Goa, nasceram as tipografias particulares, em que foram divulgadas novidades e conhecimentos úteis e, sobretudo, importantes aos “interesses do povo” (Cunha, 1923, p. 49). Aparece, naquele período, *O Ultramar*, de Bernardo Francisco da Costa, marcando um momento de progresso, com grande repercussão na vida social do país. Por natural evolução, chegou-se ao terceiro período.

Ele se iniciou em 1897, após dois anos de proibição da imprensa. Houve uma espécie de evolução e surgiu, assim, o jornal diário. Havia a necessidade de se fundar um “jornal neutro ou incolor, imparcial e cordato, que pela correção inabalável do seu porte perante o país e perante os poderes públicos” (Lopes, 1971, p. 23) alcançasse credibilidade. Nasce, naquele momento, *O Herald*. A imprensa diária acaba por ser “mais intensa, porque passa a ser o que é em toda parte: uma escola de educação pública, uma valiosa força dirigente, exercendo diariamente uma influência subtil, mas benéfica em todas as camadas da sociedade” (Cunha, 1923, p. 50).

Para concluir, verifica-se ocorrerem, em Goa, aquelas mesmas características dos jornais que circulariam durante o período colonial africano.

Mas há algumas diferenças dignas de nota:

1. A imprensa goesa apresenta publicações de categorias profissionais, como médicos e farmacêuticos, ou até mesmo advogados, que jamais encontraremos na África;
2. Da mesma maneira, a imprensa goesa terá uma influência religiosa da Igreja Católica impensável na imprensa africana ou brasileira: se foi esta Igreja Católica a instituição que levou os primeiros prelos para o continente asiático, a exemplo do que fizera para a América espanhola, foi esta mesma Igreja capaz de confrontar o próprio governo da metrópole, muitas vezes, com resultados diferentes dos conflitos, conforme as épocas e os governantes;

3. Pela formação pretérita de línguas escritas e, por consequência, sistemas literários pré-existent no continente, a imprensa goesa acabou desenvolvendo mais fortemente a literatura em suas páginas, não apenas revelando autores, quanto permitindo o processo de tradução, sobretudo das línguas nativas para o português, o que enriqueceu sobremaneira aquela cultura.

A partir dessa síntese, pode-se perceber que a imprensa em Goa sofreu altos e baixos, como em todas as demais colónias. O jornal foi porta-voz político e de popularização da literatura e das artes em geral. Num país que teve sua colonização diferenciada das demais, e que foi o primeiro a possuir impressos, Goa, no entanto, não dispunha de escolas que preparassem seus filhos para este ou aquele ofício.

Contudo, Lopes (1971, p. 31) lembra que um dos aspectos mais relevantes da intelectualidade goesa é a cultura jurídica em que se evidenciou um verdadeiro escol de advogados que, embora não dispendo de uma escola de Direito onde se preparasse o seu espírito para tão nobre e delicada profissão, atingiu um alto prestígio no foro, pelos profundos conhecimentos, e em suma, pela vincada personalidade jurídica que evidenciavam aqueles advogados.

O mesmo autor defende que, numa terra onde não havia escolas nem cursos profissionais, o jornalismo fez-se por intuição, por auto-educação, pondo ao serviço da sua missão o somatório das suas faculdades e aptidões, aperfeiçoando-se cada vez mais, graças ao contato com a imprensa metropolitana e à vizinha Índia Inglesa, numa irreprimível conduta de formação e deontologia profissional (Lopes, 1971, p. 8). Logo, entende-se que o jornalismo em Goa foi feito por vocação e, ainda que o governo lhe fosse contrário, cresceu e desenvolveu consigo um Estado. A semente plantada pelos padres jesuítas, em 1556, bastou para que a sociedade goesa entendesse a importância da imprensa e não conseguisse mais viver sem essa voz social.

### **A imprensa periódica da China**

Os chineses conheciam o prelo bem antes dos europeus. Desde o século VI, eles já haviam desenvolvido equipamentos de madeira (xilográficos) com os quais imprimiam documentos e obras literárias. A xilogravura chinesa remonta à Dinastia Choi. Lok Sam, no livro *Ho Fan In Han Lok*, registrou, sobre a gravação em madeira, a respeito daquela Dinastia: “No 8º dia do 12º mês do 12º ano (ano 593) do reinado do Imperador Choi Hoi, foi ordenada a gravação em madeira de obras literárias e de gravuras clássicas”. Esta é a primeira referência por escrito às xilogravuras chinesas. Com o desenvolvimento da técnica de impressão, as xilogravuras populares se ampliaram na Dinastia Tong, especialmente aquelas alusivas ao Ano Novo. Verifica-se, pois, sua

utilização, tanto enquanto ilustração, quanto para registro de textos (Gonçalves, 1967, p. 67 e ss.)<sup>19</sup>.

A introdução da tipografia, na quase totalidade das então colônias portuguesas, à exceção do Brasil, se deveu às missões religiosas, especialmente as jesuíticas (Pires, 2010, p. 26).

Na verdade, há uma curiosa história a respeito: por volta de 1586, quatro jovens japoneses tinham sido enviados, enquanto diplomatas, pelos mandatários do Japão, deslocando-se para Portugal e Espanha (naquele momento, ambas as nações reunidas sob uma única administração). Pretendiam conhecer o rei de tão amplos territórios e também saudar ao Papa. Tratava-se de um primeiro resultado positivo das missões jesuíticas naquela região do Oriente. Sabe-se que os jovens, recebidos na Universidade de Coimbra, além de assistirem a representações de autos sacramentais, encantaram-se com um prelo ali utilizado e dispuseram-se a levar uma daquelas máquinas para seu país.

Sabe-se que eles embarcaram no dia 12 de abril de 1587 de retorno ao Japão, chegando em 31 de maio de 1588 em Goa, na Índia, a bordo da nau São Felipe. Um dos quatro jovens, o nipônico cristão Constantino Dourado, resolveu experimentar o invento que traziam na bagagem e assim foi impressa a obra *Oratio habita a fara, D. Martino Iaponio*, que narrava a ação do embaixador português Martinho Hara, naquelas terras. Pouco tempo depois, os jovens reembarcavam e chegavam a Macau, presumivelmente em agosto do mesmo ano. Ali, novamente desembarcados, terminaram por imprimir a obra *Cristiani Pueri Institutio*, do sacerdote Juan Bonifacio, de Salamanca (1588). Este fato é historicamente importante, porque é a primeira obra impressa em máquina de tipos móveis que ocorre na China, ainda que o sacerdote Miguel Ruggeri, já em 1585, editara um pequeno volume, hoje raríssimo, com o Salmo CXII do *Livro dos Salmos*. No entanto, essa obra foi concretizada com uma impressora xilográfica, nos moldes daquelas existentes entre os chineses (Braga, 1965). O segundo trabalho impresso com tipos móveis, ainda com aquela mesma máquina trazida de Portugal, foi *De Missione Legatorum*, que teve uma primeira parte concretizada logo após aquele texto do pe. Bonifacio, e cuja edição completa saiu no primeiro semestre de 1590. Equivocadamente atribuída, durante muito tempo, ao Visitador do Santo Ofício das Índias Orientais, Pe. Alexandre Valignano, de fato foi redigida pelo sacerdote português, oriundo de Guimarães, Duarte de Sande.

Os jovens japoneses, enfim, chegaram de retorno à pátria em 28 de julho de 1590, o que evidencia terem permanecido um período significativo em Macau, inclusive participando das impressões daquelas primeiras obras (Matos, 1991; Arrimar, 1987). Eis como um prelo saído de Lisboa passou por tantas, diferentes e longínquas terras e em todas elas acabou por participar das primeiras e emocionantes aventuras impressoras daqueles territórios.

Os sacerdotes jesuítas instalados em Macau se preocuparam em criar um colégio, de

19 Sandra Pires (2010, p. 27, nota 99), citando o 2º. Visconde de Santarém, afirma que o número de livros impressos na China, até 1835, ultrapassaria, em muito, a quantidade de obras editadas na Europa!

São Paulo, e ali instalar uma excelente biblioteca, adquirindo obras na Europa ou imprimindo-as numa tipografia própria que, enfim, também ali fixaram.

No século seguinte, Cantão e Hiang-Zan também já possuíam suas prensas junto aos colégios jesuíticos.

Diz um pesquisador que o último texto assim impresso foi uma gramática japonesa de autoria do Pe. João Rodrigues (Boxer, 1951, p. 134), época em que, chegando a Macau as notícias a respeito da política antirreligiosa do Marquês do Pombal, apressaram-se os sacerdotes em transferir os acervos da biblioteca e sua impressora para Manila, escapando, assim, todo aquele material, de destruição.

Por consequência, “não havia ali qualquer máquina impressora. Foi a revolução [liberal] de 1820 que propiciou a reinstalação da imprensa em Macau e o início da publicação de periódicos” (Garmes, 2003, p. 65).

Voltemos no tempo, porém, e viajemos um pouco pela história das relações entre os chineses e os portugueses.

### **A chegada dos portugueses e sua relação com Macau**

A maioria dos pesquisadores, tanto chineses quanto portugueses, refere que as relações entre aqueles povos se iniciaram a partir da expedição de Vasco da Gama, através de um intérprete mouro, encontrado em Melinde (atual Quênia), em 1498. Enquanto os portugueses foram rechaçados em Moçambique e Mombaça, a cidade de Melinde lhes abriu as portas, pois almejava alcançar a hegemonia da região e compreendeu a força bélica dos europeus. Com o auxílio de um nativo, Ahmed Mesjid, conhecido como El-Melindi, os portugueses alcançariam certo diálogo com os chineses de Macau, às voltas com piratas. O mesmo intérprete teria ajudado os portugueses a chegar a Calicute, na Índia. A frota de Diogo Lopes de Sequeira, em 1509, auxiliou aos macaenses neste momento e assim ter-se-ia iniciado uma boa relação diplomática entre os asiáticos e os lusitanos.

Desde o século XII os chineses, de modo geral, exerciam o comércio marítimo, o que só foi interrompido durante o período de dominação mongol de Kublai Kan (1214-1294), que exterminou a dinastia Sung<sup>20</sup> (Ramos, 2004, 2009). Neste período, o comércio marítimo tornou-se uma ocupação desonrosa, mas após a derrocada de Kan, os chineses voltassem a desenvolver este tipo de ocupação, dominando completamente toda a região, embora aquele preconceito remanescesse entre alguns segmentos sociais. Quando os portugueses chegaram a Macau, assim, encontraram uma série de motivos que os tornavam extremamente distantes

---

20 Toda a passagem que se segue acompanha de perto as exposições deste autor.

dos nativos: a tradição cultural, uma atividade considerada socialmente menor e, sobretudo, o fato de que a administração política chinesa era extremamente centralizada, o que significava uma fidelidade inquebrantável das cidades em relação ao governo, ao contrário do que os portugueses encontravam na África ou mesmo na Índia; mas, sobretudo, o reconhecimento, por parte dos chineses, de que não apenas a marinha chinesa era mais poderosa do que a armada portuguesa, quanto o poder bélico chinês era imensamente superior ao dos portugueses.

Esta situação será modificada com o apoio lusitano contra os ataques piratas que ocorriam na costa, em especial na região de Macau, de sorte que, entre 1553 e 1554, os chineses permitiram o comércio com a cidade, depois de os portugueses ali desembarcarem alguns de seus navios sob a desculpa de necessidade de secarem suas cargas. Após 1557, a China arrendou Macau aos portugueses. Assim mesmo, os representantes do governo de Portugal continuaram enfrentando problemas com o país, o que levou a metrópole a entregar o comércio da região a particulares. Estes, embora mais bem sucedidos, não deixaram de enfrentar o assédio constante dos piratas chineses que descobriram ser mais lucrativo atacar os navios portugueses do que as próprias cidades ou os barcos nativos. Assim, apesar de os comerciantes lusitanos tentarem enganar os piratas, adotando as embarcações nativas, mesmo assim eram constantemente atacados, roubados e seus barcos postos a pique, conforme relata detalhadamente Fernão Mendes Pinto, em sua conhecida obra *Peregrinação* (1614 [2005]).

Apesar de todas as dificuldades, o comércio português alcançou enorme lucratividade e desenvolveu, igualmente, a região, chegando a seu auge ao final do século XVI e começo do seguinte, tornando-se importante entreposto comercial e, sobretudo, um ponto de formação e de partida de missionários católicos para as missões nos demais países do Oriente, inclusive o Japão. Por isso, o Papa Gregório XIII criou, em 1576, a Diocese de Macau e, em 1583, foi instituído o Leal Senado de Macau, sede e símbolo do governo civil local lusitano. A partir de 1623, Macau passou a ter um governador português, até a primeira metade do século XIX.

Só em 1887, contudo, a China reconheceria formalmente a soberania da ocupação portuguesa em Macau, através do Tratado de Amizade e Comércio Sino-Português, que duraria até 1967, quando uma série de revoltas provocadas por militantes pró-comunistas, na cidade, o chamado Motim 1-2-3, após intensas negociações, levou a um novo tratado, em 1987, pelo qual se fixava que Macau retornaria à soberania chinesa em 20 de dezembro de 1999, tornando-se Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), em que Macau se tornava um território chinês sob administração portuguesa.

## Os primeiros jornais

A primeira relação exaustiva de títulos de jornais publicados no espaço lusófono que se conhece é aquela produzida por Brito Aranha, em 1885 (p. 23). Trata-se de um opúsculo de menos de trinta páginas, que reúne uma relação de “Jornaes ultramarinos”, em ordem alfabética; “Jornaes pela ordem das províncias” (Angola, Cabo Verde, etc...) e “Jornaes publicados na metrópole”. A segunda listagem facilita a consulta e aí encontramos o conjunto dos periódicos de Macau e de Timor, com seu título e data de circulação<sup>21</sup>.

Combinando este levantamento com a listagem apresentada em artigo bem mais recente, já citado neste texto, de Hélder Garmes, que menciona, de passagem, e sem referência a qualquer cronologia, os títulos dos periódicos que integram o que Manuel Teixeira denomina de *primeiro período* da história da imprensa de Macau, periodização que ele assume, compõe-se este quadro:

- 1822 — 1823 — *A Abelha da China* — Macau — Político
- 1824 — 1826 — *Gazeta de Macau*
- 1834 — *Boletim da Província de Macau e Timor* — Macau
- 1834 — *Chronica de Macau* — Macau — Político
- 1836 — 1838 — *O Macaísta Imparcial* — Macau — Político e literário<sup>22</sup>
- 1838 — 1839 — *Boletim Oficial do Governo de Macau*<sup>23</sup>
- 1838 — *O Correio macaense* — Macau — Político e literário
- 1839 — *A Gazeta de Macau* — Macau — Político e literário<sup>24</sup>
- 1839 — 1843 — *O Português da China*
- 1843 — 1845 — *A Aurora macaense* — Macau — Político
- 1844 — 1845 — *O Solitário da China*
- 1844 -1845 — *O Procurador dos macaístas* — Macau — Literário
- 1845 (pelo menos até 1862) — *Boletim do Governo da Província de Macau, Timor e Solor*
- 1863 — 1866 — *Ta-Ssi-Yang-Kuo* — Macau — Literário
- 1868 — *O Independente* — Macau — Político e noticioso
- 1869 — *Noticiador macaense* — Macau — Político

21 Aqui organizada cronologicamente.

22 Vinculado ao Partido Liberal, segundo consta em seu frontispício.

23 Cumprindo a legislação metropolitana de 1836, o *Boletim Oficial da Província de Macau, Timor e Solor* começou a circular em 5 de setembro de 1838, utilizando, para tanto, a Tipografia Macaense, do Dr. Samuel Wells Williams, missionário protestante, linguista e sinologista norte-americano, que escreveu o primeiro dicionário inglês-chinês e chinês-íngles, sendo igualmente editor, entre 1848 e 1851, do segundo periódico em língua inglesa, o *The Chinese Repository*.

24 Segundo Garmes, teria substituído o *Boletim Oficial do Governo de Macau* que, então, mudara de título.

- 1872 — *O Oriente* — Macau — Político  
 1872 — *Gazeta de Macau e Timor* — Macau — Político, literário e noticioso  
 1873 — *Imparcial* — Macau — Político  
 1875 — *Jornal de Macau* — Macau — Político  
 1879 — *Boletim do Governo da Província de Macau* (bilingüe: português e chinês)  
 1882 — *O Macaense* — Macau — Político, literário e noticioso  
 1883 — *O Correio macaense* — Macau — Político, literário e noticioso.

Ao contrário do que se verifica no jornalismo goês, os periódicos chineses, com raras exceções, serão pouco afeitos à preocupação literária. O fenômeno poderia ser explicado pelo fato de que, a partir de 1841, os ingleses se fixaram em Hong Kong, o que levou Macau a uma profunda depressão econômica, ao mesmo tempo em que ocorria uma forte depressão durante a administração de Ferreira do Amaral (21 de abril de 1846 a 22 de agosto de 1849), levando os jornais macauenses a se deslocarem para aquela outra cidade. Enfim, em 1850, surgia, na metrópole, a chamada *lei da rolha*, que exigia titulação universitária, mesmo que sem qualquer relação direta com a atividade periodística, dos diretores das publicações. As coisas começam a se restabelecer com o surgimento de *Ta-Ssi-Yang-Kuo*, em 1863, circulando até 1866, a que se seguiria uma segunda série deste periódico, mas agora editado em Lisboa, entre 1889 e 1904 (Garmes, 2003). Esta publicação, para a qual se dá maior atenção logo abaixo, inaugura, segundo os historiadores, a segunda fase do jornalismo de Macau, quando os espaços literários começam a ganhar relevo nas publicações.

### Os dois primeiros jornais e o que se segue

A *Abelha da China* foi como se denominou o primeiro jornal editado em Macau, pelos frades dominicanos, a partir de 12 de setembro de 1822, uma quinta-feira, alcançando 67 edições, até o dia 27 de dezembro de 1823. Tinha a responsabilidade editorial do tenente-coronel Paulino da Silva Barbosa (Magalhães, 2015)<sup>25</sup>, constituindo-se em semanário, segundo José Simões Morais (2012). Impresso na Tipografia do Governo<sup>26</sup>, recém criada para este fim, sua redação, contudo, a cargo do dominicano Frei António de São Gonçalo do Amarante, vigário

25 Por este motivo, a Associação Bahiana de Imprensa, por doação de um de seus integrantes, Edivaldo Boaventura, recebeu, em 10 de agosto de 2016, uma coleção completa deste jornal.

26 Não se sabe como uma tipografia teria ido parar em Macau, mas Pablo Magalhães (2015, p. 290 e ss.) sugere ter sido o comerciante baiano Bento José Gonçalves Serva, “liberal declarado e aliado de primeira hora a Paulino da Silva Barbosa”, quem teria concretizado esta façanha. Deve-se recordar que Manoel Antonio da Silva Serra era comerciante em Salvador e teve a primeira permissão oficial para imprimir um jornal no Brasil, *Idade d’Ouro do Brasil*, em 14 de maio de 1811.

do Convento de São Domingos, era extremadamente liberal, estava localizada no convento, sendo o jornal formalmente dirigido pelo padre Joaquim José Leite.

Com o surgimento deste primeiro jornal, depois de dois séculos de ausência, o trabalho das máquinas de impressão foi retomado, justamente neste momento em que Macau, vinculada a Goa administrativamente, e a que deveria sempre referendar, se tornara independente, praticamente uma república. Mas isso duraria pouco.

Macau, como todas as demais colónias, refletia as lutas partidárias e ideológicas da metrópole. Assim, logo após os acontecimentos de 1821, estalaram as rivalidades entre liberais e conservadores, estes liderados pelo Ouvidor Miguel de Arriaga Brum da Silveira. Há versões contraditórias sobre os acontecimentos, mas pode-se admitir que, a 19 de agosto de 1822, o chamado Leal Senado<sup>27</sup> de Macau reuniu-se e destituiu Arriaga de suas funções, assumindo em seu lugar o major Paulino da Silva Barbosa, um liberal, que alcançara 91 votos, sendo nomeado governador militar o Brigadeiro Francisco de Melo, redator principal.

Apesar do governo ser liberal, a censura prévia às publicações permaneceu. O curioso é que, circulando a primeira edição do periódico no dia 12, logo no dia seguinte ocorreu uma revolta contra a administração de Barbosa, que foi preso. No entanto, descoberta a revolta pelas autoridades portuguesas, imediatamente ela foi controlada e Paulino Barbosa retornou à administração, no dia 15, quando uma segunda tentativa de derrubada do governo constitucional ocorreu. Arriaga, acusado de ser o mentor do movimento, foi preso novamente; seria levado para Lisboa, mas conseguiu fugir da Fortaleza do Monte, onde se encontrava, a 25 de março de 1823, para Cantão. Assim, reassumia a administração liberal

Conforme consta da primeira página da primeira edição do jornal, *A Abelha da China* tornava-se o porta-voz do Senado, conforme seu registro:

Havendo-nos o leal senado incumbido a redacção do presente periódico, julgamos ser uma das principais obrigações de um redactor o expor com verdade e com franqueza os motivos, que acelerão a gloriosa façanha em o dia 19 do mês passado, em que os Macaenses arvoraram o Pavilhão da Liberdade, e derrocaram o horrendo colosso do despotismo, que a tantos anos haviam suportado. Confessemos todavia, que esta tarefa é superior às nossas forças, mas nem por isso deixaremos de mostrar, o quanto desejamos cooperar da nossa parte para a justificação de um facto, que pôs termo á arbitrariedade, e que consolidou os direitos e os deveres do Cidadão, instalando-se, entre as salvas de um contentamento público, e incessantes vivas de alegria, um Governo provisório, segundo a vontade geral de todos os Moradores, o qual no pouco tempo de sua instalação, tem dado sobradas provas de seu patriotismo, do seu zelo e da sua actividade pelos interesses nacionais.

27 Corresponde à Câmara Municipal, tal como esta se apresenta no sistema representativo de Portugal, em que o vereador eleito com o maior número de votos se torna o Presidente da Câmara, isto é, o Prefeito Municipal.

O jornal era extremamente virulento contras as autoridades conservadoras, mas a 23 de setembro de 1823, os conservadores novamente reinstalaram a administração do Ouvidor Arriaga, com a ajuda de uma fragata que vinha de Goa, com militares contrários à nova ordem político-institucional de Lisboa. A partir de então, *A Abelha da China*, que fora liberal, passando a ser editado por António José da Rocha que, embora vivendo no convento de Santo Agostinho, dos agostinianos, não era sacerdote, mas um civil, torna-se virulentamente conservador. Inclusive o jornal passou a circular nos sábados, mantendo-se, todavia, semanal. Todavia, o jornal durou pouco: Arriaga, que estivera exilado, retorna no dia 26 de dezembro de 1823 e, no dia seguinte, circulou a última edição daquele primeiro jornal macaense.

No entanto, a publicação não encerraria propriamente sua circulação, mas trocou de nome e se transformou na *Gazeta de Macau*, de seu lado, também extremamente conservador.

A *Gazeta de Macau* começou a circular em 3 de janeiro de 1824. Ambos os jornais foram impressos na tipografia oficial do governo, exatamente porque cada um deles, a seu modo, refletia a posição daquelas administrações. Tanto um quanto o outro publicavam correspondências oficiais trocadas entre a administração portuguesa e o Leal Senado ou entre este e autoridades locais, além de alguma seleção de informações de jornais europeus. Mais bem redigido e organizado, a *Gazeta de Macau* trazia, logo abaixo do título, que era seguido por uma estreita faixa de composição com o número da edição e de sua data, um dístico tirado de *Os lusíadas*, de Camões: “A verdade, que eu conto nua, e pura/ vence toda a grandiloqua escritura”, em substituição ao dístico de *A Abelha da China*, tirado de Terêncio, que dizia: “Desta vez, com a ajuda dos amigos, a verdade matou o ódio”.

Ambos os jornais organizavam sua mancha tipográfica de maneira semelhante, em duas colunas, até porque saíram das mesmas oficinas tipográficas. O coro editorial da *Gazeta de Macau* também permaneceu o mesmo das últimas edições de seu antecessor *A Abelha da China*, ainda que o prior dos agostinianos, Frei José da Conceição, tivesse assumido um papel mais ativo na editoração do periódico.

Do mesmo modo que o jornal anterior, publicava a correspondência oficial, tanto da administração local, quanto aquela da administração portuguesa, mas deu especial destaque à questão do comércio de Macau e sua importância para a economia da metrópole. Embora houvesse alguma atenção aos fatos locais, quando tais informações escasseavam (resultado da censura?), transcrevia informações vindas da Europa, além de informações dos Estados Unidos e inclusive da América do Sul.

Assim, pelas páginas da publicação, ficamos sabendo a respeito do movimento dos navios no porto, mas também um tremor de terra ocorrido no dia 2 de janeiro de 1824, além das notícias políticas, de preferência aquelas que falassem mal da oposição, ou seja, dos liberais.

O jornal vivia de assinaturas, mas as mesmas foram escasseando e o periódico deixou de circular, com a edição de 16 de dezembro de 1826.

Apesar do estabelecimento da liberdade de imprensa em Portugal, em 1820, este movimento que se verifica nas colónias asiáticas, tanto de Goa quanto de Macau, na busca da instituição de uma imprensa local, enfrenta, porém, dificuldades da própria organização regional.

Assim, em 12 de outubro de 1834 surgiu uma nova publicação, desta vez quinzenal, a *Crónica de Macau*, que chegou a 45 edições, circulando até 1836.

Sucessivamente, foram editados uma nova *Gazeta de Macau*, semanário que sobreviveu durante 32 edições, editado por Manuel Maria Dias Pegado, irmão de um importante deputado macaense e lente de matemática da Universidade de Coimbra, circulando entre 17 de janeiro e 29 de agosto de 1839.

Dias Pegado também fundou *O Português na China*, que começou em 2 de setembro de 1839 (um mês após o encerramento da publicação anterior) e teve melhor sorte, sobrevivendo até 1843. Em 1844, Dias Pegado voltou à carga, fazendo publicar *O Procurador dos Macaístas*, desta vez um semanário literário e político, que se iniciou em 6 de março e prosseguiu sua vida pelo menos até 2 de setembro de 1845, ao que parece, porque Dias Pegado perdeu seu fiador, José de Lemos.

A administração de Macau que se seguiu, de Ferreira do Amaral, fez com que nos 18 anos seguintes nenhum jornal circulasse na colónia, sendo que alguns dos pretendidos jornalistas emigraram para Hong Kong, onde Dias Pegado voltaria a publicar, em 1846, *A Voz do Macaísta*<sup>28</sup>.

Como se viu, a revolução liberal de 1820, em Portugal, permitiu a retomada do funcionamento dos prelos em Macau, mas agora com as novas funções do jornalismo ou enquanto imprensa periódica. Nem tudo foi fácil naquele primeiro período, houve nova interrupção no funcionamento dos prelos.

Durante este intervalo de 18 anos, a exceção foi do *Boletim Oficial*, como indica seu próprio título, periódico oficial, o único que o despotismo de Ferreira do Amaral permitiu, entre 21 de abril de 1846 e 22 de agosto de 1849, quando foi assassinado<sup>29</sup>. Durante este período, segundo Hélder Garmes (2003), a produção jornalística de Macau deslocou-se para Hong Kong. Mas a imprensa jornalística macaense voltou a produzir seus frutos, desta vez já com a agregação de outros produtos, como a literatura. Na verdade, como se viu acima, não foi apenas a questão política que criara empecilhos ao desenvolvimento do jornalismo. Também a crise económica, gerada com o desenvolvimento do comércio inglês, centrado em Hong Kong<sup>30</sup>, e a publicação da chamada *lei das rolhas*, de Costa Cabral, em Portugal, a que também

28 Os dados destes primeiros periódicos foram retirados, essencialmente, de textos de José Simões Morais, que os têm divulgado em *Notícias de Macau*, mas foram combinados com passagens de outros autores que vão sendo referidos conforme o desenvolvimento do texto, especialmente um artigo de Manuel Teixeira (sem data).

29 Ao longo de sua história, foi *Boletim do Governo de Macau*, *Boletim do Governo da Província de Macau e Timor*, *Boletim Oficial da Província de Macau* (1897), *Boletim Oficial da Colónia de Macau* (1928) e *Boletim Oficial de Macau* (1951), dentre outros títulos.

30 Macau voltaria a ficar dependente da administração de Goa, naquele momento (Silva, 1994).

já se aludiu acima e em vários outros momentos do estudo sobre o jornalismo de expressão portuguesa em África, prejudicou este desenvolvimento.

Disso decorre a importância do jornal *Ta-Ssi-Yang-Kuo*, cuja primeira série, impressa em Macau, circulou entre 8 de outubro de 1863 e 1866. Era um periódico liberal, católico, de caráter essencialmente informativo, que trazia notícias da metrópole, informações locais, movimento comercial e portuário, além de uma seção de publicidade. Foi criado por José Gabriel Fernandes, natural de Goa, sendo António Feliciano seu diretor. Possuía, segundo a manifestação expressa da publicação, uma intenção de *ilustração*, nos termos do século XIX: “É, pois, com intuito civilizador que damos a lume o nosso jornal (...) O nosso intuito é oferecer aos nossos leitores o conhecimento das coisas úteis, porque é esse o dever do escritor sério e moralizado” (*Ta-Ssi-Yang-Kuo*, Macau, 8 de outubro de 1863, no. 1, p. 1). Neste sentido, o jornal teve colaborações da vanguarda intelectual de Macau, como Alexandre Meireles de Távora, Gregório José Ribeiro, Cônego António Maria Augusto de Vasconcelos, Jerônimo Osório de Castro Cabral Albuquerque, Manuel de Castro Sampaio, José Gabriel Fernandes, Pereira Rodrigues e José Pedro da Silva Campos Oliveira<sup>31</sup>. O jornal encerrou suas atividades em 22 ou 26 de abril de 1866, conforme diferentes autores, alcançando 134 edições, pois era hebdomadário, ou seja, semanal.

Segundo João Feliciano Marques Pereira, filho do criador do *Ta-Ssi-Yang-Kuo*, Antonio Feliciano Marques Pereira, o termo significaria, literalmente “grande reino do mar do Oeste”, conforme a expressão do padre jesuíta Mateus Ricci quando, em 1600, em sua primeira audiência com o imperador Chin-tsung-hien-ti, respondeu sobre o lugar de onde vinha (Marques Pereira, Lisboa, *Ta-Ssi-Yang-Kuo*, 1899, p. 1). Aliás, é isso o que se lê na primeira página da edição inaugural do jornal. Sua mancha tipográfica, ao contrário das publicações anteriores, constituía-se de três colunas, separadas por um fio perpendicular. O jornal constituía-se de quatro páginas em cada edição, sem qualquer publicidade, pois contava com o apoio oficial. A matéria editorial abre-se com uma espécie de *manifesto*, em que se lê:

Hoje, que por toda a parte se há diffundido a imprensa periódica, como verdadeira locomotiva do pensamento, e que as colónias estrangeiras e mesmo parte das nossas na Africa e Asia são por ella representadas, não podia Macau ficar por mais tempo mero expectador do modo grandioso, por que os cruzados da moderna civilização defendem os interesses desses povos que representam (*Ta-Ssi-Yank-Kuo*, Macau, no. 1, 8 de outubro de 1863, p. 1, coluna 1).

31 Todos os dados a respeito desta publicação, em suas duas séries, foram retirados do aludido artigo de Hélder Garmes (2003) e eventualmente corroborados em outros textos também pesquisados, com destaque para a nota de 26 de abril de 2016, a respeito daquelas publicações.

Na segunda coluna, sob a *retranca*<sup>32</sup> “Ta-Ssi-Yang-Kuo”, é explicado o sentido do título da publicação, como já se apresentou acima. Os múltiplos textos, todos referentes ao jornal, são separados por pequenos arabescos, sendo que alguns deles ocorrem sem qualquer *retranca*. No final da segunda página, surgem, então, as “Notícias diversas”, com *chamadas*<sup>33</sup> como “Alargamento da cidade”, “Visitas de Mandarim” ou “desastres marítimos”, material que adentra a terceira página. Nesta, encontramos o que hoje denominaríamos de *editorias*, como “Actos officiaes” e “Notícias do Reino”. Na última página, ainda temos as “Notícias estrangeiras”, o “Estado do mercado” e o “Movimento do porto”, encerrando-se a edição com um quadro sintético dos “navios mercantes surtos em Macau em 8 de outubro”. Evidentemente, em comparação com aquelas publicações da chamada *primeira fase* da imprensa macauense, havia-se alcançado um enorme progresso, evidenciando justamente a profissionalização da imprensa.

Apesar de liberal, o jornal tinha a benevolência do Governador conservador José Rodrigues Coelho do Amaral, cujo mandato coincide perfeitamente com o de circulação da publicação. Consta que Antonio Feliciano, embora liberal em sua origem, ao estabelecer-se em Macau abriu mão de suas convicções, aceitando as novas regras do jogo político. E a administração macauense era francamente conservadora. Daí o seu acerto com o Governador.

Antonio Feliciano foi jornalista profissional, natural de Lisboa, tendo escrito diversos romances-folhetim. Na metrópole, já havia participado de inúmeras publicações, como *Arquivo Pittoresco*, *Revista dos Espectáculos*, *Revista de Lisboa* e *Ilustração Luso-Brasileira*. Suas obras de ficção foram divulgadas tanto nesta última, quanto em *Rei e Ordem*, onde igualmente publicou sua tradução de *Confidências de Mlle. Mars, por mad. Roger de Beauvoir*, que mais tarde republicaria em *Ta-Ssi-Yang-Kuo*.

Instalou-se em Macau em 1859, ali se casando. Exerceu inúmeros cargos oficiais: entre 20 de março de 1860 e abril de 1862, foi redator do *Boletim do Governo*, onde firmou seu nome. No entanto, demitiu-se, em 1869, da função de Procurador de Negócios, acusado pelo diretor do jornal *Eco do Povo*, António José da Silva e Sousa, de desvios de verbas e corrupção, aparentemente envolvendo a questão dos *cules*, chineses pobres que vinham trabalhar nas colônias e eram praticamente escravizados, com a benevolência das autoridades. Embora vencendo o processo, Marques Pereira logo abandonou Macau, tornando-se cônsul português na Tailândia, entre 1875 e 1881, morrendo neste momento.

O *Ta-Ssi-Yang-Kuo* é, na prática, o primeiro periódico a dedicar uma atenção especial à literatura e à cultura em geral. Sob a responsabilidade do próprio Marques Pereira (Alves,

32 Matéria subordinada a outra matéria ou à manchete da página, segundo o *Manual de Comunicação da SECOM*, do Senado Federal do Brasil.

33 Texto curto da primeira página, que resume as informações a serem publicadas nas páginas seguintes, segundo o *Manual de Comunicação da SECOM*, do Senado Federal do Brasil.

1995 a), a “Sessão literária” publicou matérias históricas sobre a China, as primeiras missões portuguesas na região, medicina, botânica, etc. Segundo a interpretação de Garmes (2003), evidenciava a influência de Alexandre Herculano e seu *O Panorama*, entre 1837 e 1868 (Sant’Anna, 2009; Hohlfeldt; 2012; Lourival, 2012) ou até mesmo a *Revista Universal Lisbonense*, entre 1841 e 1853. Ainda que dela se tenham publicado edições esporádicas até 1859, foi dirigida primeiramente por António Feliciano de Castilhos, depois José Maria da Silva Leal e, por fim, Sebastião Rocha Ribeiro de Sá<sup>34</sup>. De qualquer modo, o jornal ganhou feição própria.

Talvez o material mais interessante, divulgado naquele periódico, seja o conjunto de artigos históricos, boa parte dos quais escritos pelo próprio Marques Pereira, visando, segundo interpretação de Hélder Garmes, legitimar os interesses portugueses na região. Não se pode esquecer, contudo, que também em Goa houve publicações, como *O cronista de Tissuari*, que se preocuparam fundamentalmente em transcrever e divulgar também documentos da história da presença lusitana no Oriente.

No que tange à literatura, propriamente dita, o mesmo Marques Pereira, que era autor de romances-folhetim, assina a tradução, já mencionada, de *Confidências de Mlle. Mars*, que teria como autor um certo Roger de Beauvoir, além de *Tefine a bordo de um vapor: Aventuras de John Drunkard*, que ele mesmo explica ser tradução livre e sem autorização.

O jornal também divulgou poemas, além de alguns ensaios, dentre os quais, um intitulado “O poeta”, que de certo modo estabelece o princípio estético da publicação, já bastante mais próxima dos cânones românticos que classicistas: “é o poeta quem verdadeiramente sente a natureza, por isso que vae pintal-a com todos os seus encantos, adornal-a com todas as suas galas”, ao mesmo tempo em que destaca seu papel social:

[o poeta] fazes com que a sociedade submissa e respeitosa va ajoelhar perante um nome, que talvez detestava; cravas o punhal no coração do tyranno, que faz a desgraça do seu povo e ri das misérias dele; ensinas-nos a olhar a morte como um bem, quando trocada a vida pela pátria; espalhas por entre todos o germen fecundante da virtude, que exaltas com teus cantos, germen, que, pousando ocioso e tranquilo sobre o coração, lá fica até que uma ocasião propicia venha fazel-o brotar cheio de viço... (*Ta-Ssi-Yang-Kuo*, 21.1.1864, n. 16, p. 64)<sup>35</sup>.

Detalhe interessante, um dos colaboradores é o poeta José Pedro da Silva Campos Oliveira, moçambicano de origem, mas que por volta dos anos 1860 encontrava-se em Goa, onde colaborava com a revista *Ilustração Goana*. Em Goa também fez editar o *Almanach popular*

34 Ambas as publicações podem ser consultadas na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional de Lisboa.

35 As coleções fac-similadas de ambas as séries da publicação se encontram disponíveis. Ver, neste sentido, nas referências finais, Jorge Manuel dos Santos Alves, que as organizou.

durante os anos de 1864, 1896 e 1866. De volta a Moçambique, tornou-se o mais prestigiado poeta moçambicano, nos termos de Hélder Garmes (2003, p. 72), vindo a fundar a primeira revista da colónia, a *Revista Africana*.

Não há dúvidas de que o *Ta-Ssi-Yang-Kuo* renovou o jornalismo de Macau e ajudou a constituir uma literatura nacional de expressão portuguesa. De modo geral, os textos ali divulgados estavam muito imediatamente ligados à paisagem local, o que Garmes interpreta como falta de imaginação (2003, p. 73). Pessoalmente, imagino — o que também tinha ocorrido nas primeiras produções literárias dos escritores brasileiros estreados, uma necessidade de afirmar sua identidade literária e nacional através de uma diferenciação dos registros da paisagem, dos usos e costumes. Com isso, afirmavam-se *diferentes*, não *inferiores*. Evidentemente, a maior parte dos colaboradores pagou sua taxa de adesão ao Romantismo, mas isso não impediu que alcançassem o registro de uma boa documentação do ambiente e de seus personagens.

Seu filho, João Feliciano, já em Lisboa, faz editar uma segunda série do *Ta-Ssi-Yang-Kuo*, entre os anos de 1889 e 1904, inclusive com dedicatória à memória do pai. Na edição de lançamento da publicação, que tinha como subtítulo “Archivos e Annaes do Extremo-Oriente português. Colligidos, coordenados e anotados por J. F. Marques Pereira 1º. Official, chefe de secção, do Ministértio da Marinha e Ultramar; Official da Ordem de S. Thiago, do mérito científico, litterario”, escreveu:

A revista tem por título Tã-Sssi-Yang-Kuo (cuja razão o leitor encontrará mais adeante) (...) constituirá uma espécie de repositório de documentos antigos, inéditos ou não, relativos á expansão portuguesa n’ essa parte do mundo, e bem assim de estudos, monografias, apontamentos, sobre a historia, civilização, ethnografia, filologia, linguística, folk-lore, usos e costumes de todos esses povos que estiveram ou não em contacto com os portuguezes, como, por exemplo, os chins, os malaios, os siameses, os japonezes, etc.; constituindo, por assim dizer, um archivo de noticias ou de dados curiosos que ou estão espalhados por diversas obras, algumas raras e dificeis de adquirir, ou por manuscriptos, a maior parte inéditos, das bibliothecas e archivos nacionais. E, quando for oportuno, e se tiverem estabelecido relações entre esta revista e os actuaes centros da vida portuguesa no extremo-Oriente, haverá uma resenha de todo o movimento actual d’esses núcleos de portuguezes ou de descendentes de portuguezes que existem ainda em Macau, Hong Kong, Timor, Malaca, Singapura, Siam, Manila, e em certos portos da China e do Japão. Enfim, será uma espécie d’ essas revistas ou Archivos publicados na Índia por Cunha Rivara, Nery Xavier, etc., mas elaborado sob um ponto de vista mais moderno e abrangendo todas as manifestações da vida, quer passada, quer presente, d’esses povos, nas suas relações comnosco, e a influencia reciproca que d’ eles recebemos ou que sobre eles exercemos por intermédio dos nossos beneméritos missionarios, soldados, marinheiros e comerciantes. E, para amenizar (condição essencial) a toda a publicação, que pretenda ser bem aceita pelo publico), será acompanhada de gravuras, vistas, estampas,

representando monumentos, retratos, plantas de cidades, povoações e fortalezas, fac-similes de documentos raros, produtos da fauna e flora; usos e costumes, etc. Emfim, todos os atractivos d' uma publicação moderna e que constitua no gênero uma novidade entre nós (Marques Pereira, *Ta-Ssi-Yang-Kuo*, nº. 1, Vol. I-II, pp. 12-13).

A agora revista era impressa na Companhia Nacional Editora: neste sentido, não era uma publicação macaense, embora seus objetivos permanecessem os mesmos da primeira série de publicações. Sua concepção filiava-se, anda mais explicitamente que aquela empreendida por seu pai, às características de *O Panorama*. A referência a Cunha Rivara implica o conhecimento de *O Chronista de Tissuary*, que antes se mencionou.

Se se analisar ambas as publicações, pode-se compreender o gradativo crescimento dos estudos sino-portugueses, do mesmo modo ocorrera o desenvolvimento dos estudos goeses. Talvez por suas relações estreitas, aliás, a revista não editou apenas matérias vinculadas a Macau, quanto a Goa. Com isso, o leitor de hoje, como o contemporâneo do periódico, pode constituir compreensões contextualizadas do que ali é referido.

A partir dessa publicação, seguir-se-ão outras, de semelhante caráter, como *Almanach luso-chinez de Macau* (1866), *O Independente* (agosto de 1868 a 24 de julho de 1898, que se auto-intitulava *jornal político e noticioso*; *O Noticiário Macaense* (11 de janeiro de 1869 a 24 de fevereiro de 1870), *Gazeta de Macau e Timor*, semanário político, literário e noticioso (20 de setembro de 1872 a 20 de março de 1874), *O Oriente* (10 de outubro de 1869 a 21 de janeiro de 1879), *O Imparcial* (a partir de 5 de abril de 1873), *O Jornal de Macau*, que se identificava enquanto político, literário e noticioso (1º de abril de 1875 a 8 de março de 1876), e assim por diante<sup>36</sup>. Ao mesmo tempo, também foram editados jornais em língua portuguesa em outras províncias, como Hong Kong, Xangai e Cantão, como *O Impulso às Letras*, entre 1º de outubro de 1865 e 1º de setembro de 1866), pelos motivos já antes explicitados, a censura local e o forte desenvolvimento daquelas localidades em face de Macau, que sofrera uma estagnação.

### Jornais migrantes

Já se observou, a respeito dos jornais publicados nas colónias que, devido à legislação então vigente, exigindo a titulação universitária para um diretor de qualquer publicação, ainda que ela nada tivesse a ver com a tarefa jornalística, muito se contornou a lei através de um subterfúgio, também legal, que era a inexigência desta mesma obrigatoriedade para a publicação de panfletos ou de jornais com uma única edição. O leitor encontrará, nestas páginas,

36 A listagem completa pode ser consultada no referido artigo de Hélder Garmes (2003, ps. 79 e 80).

na história do jornalismo moçambicano, um exemplo elucidativo desta alternativa, no clássico caso do periódico *O Emancipador*. No contexto dos territórios da China, vamos registrar uma outra prática, além desta, possível, mas pouco usada. Era a mobilidade geográfica que os jornais adotavam quanto às suas sedes. Frei António S. Gonçalo do Amarante, editor do primeiro jornal de Macau, *A Abelha da China*, parece ter inaugurado este processo: ele fugiu de Macau, quando o governo conservador retornou ao poder, e exilou-se em Cantão. No entanto, não mais editou qualquer publicação.

Mas tanto editores portugueses quanto ingleses ou até chineses, costumavam abandonar seus territórios de origem para publicar seus jornais em outras regiões onde, naquele momento, a pressão censórea fosse menos pesada. Assim ocorreu com, jornais de língua inglesa, por exemplo, como o *The Canton Register*, de James Matheson; com seu sobrinho Alexander e o norte-americano William Wigtman Wood, seu primeiro editor, mercadores escocêses, criaram este periódico que começou a circular em 8 de novembro de 1827, a partir de Cantão. Bi-semanal, de início, foi transferido para Macau entre 1839 e junho de 1843, e depois, impresso em Hong Kong, sobrevivendo até 1936! Já o *The Chinese Repository*, mensário fundado pelo primeiro missionário norte-americano na China, Reverendo Elijah Coleman Bridgman, teve sua primeira publicação em 31 de maio de 1832, em Hong Kong. Mudou-se para Macau, em 1842, mas em dezembro de 1844 estava de volta a Hong Kong. Era dirigido essencialmente aos missionários, mas teve vida longa, pelo menos até 1852<sup>37</sup>.

Outro jornal de língua inglesa que circulou a partir de Macau foi o *The Canton Miscellany*, entre junho de 1831 e maio de 1832, com índole literária, a cargo de John F. Davis e C. Majoribanks, que também editava o *East India Company* pelo mesmo período de 1832.

Nem os chineses escapavam a esta sina: Sun Yat Sen, que viria a ser, ainda que interinamente, presidente do país<sup>38</sup>, em suas anteriores atividades de jornalista, migrou para Macau e associou-se aos editores do *Echo Macaense* (1893-1898), que passou, assim, a publicar também o *Jing Hai Hong Bao*.

No que toca aos portugueses<sup>39</sup>, os jornais *A Voz do Macaísta* (do já aqui mencionado Manuel Marias Dias Pegado) e *O Echo do Povo* (de António José da Silva e Sousa), foram editados em Hong Kong, a partir de 1846 e 1856, respectivamente, por força das questões políticas que marcavam Macau naquele momento. O mesmo António José da Silva e Sousa ainda fundou

37 A coleção de vinte volumes da publicação, até 1851, pode ser encontrada em <http://fig.lib.harvard.edu/fig/?-bib=000129070>

38 Nascido em 1866, foi o primeiro preconizador do modelo republicano, liderando o movimento revolucionário que encerrou as dinastias chinesas, em 1911. Passou boa parte da vida no exílio, por força de sua militância política, mas viu suas idéias vencerem, antes de morrer, em 1925.

39 No site <https://www.library.gov.mo/pt/library-collections/newspapers/back-issue-newspapers/foreign-language-newspapers>, da Biblioteca Pública de Macau, encontra-se uma interessante relação de “jornais em língua estrangeira” (quer dizer, não chineses) que se publicaram em Macau.

*O Independente* (1868-1898, quinzenal, inicialmente, mas a partir de abril de 1874, semanal), mas também necessitou transferi-lo para Hong Kong. No biênio 1898/1899, *O Porvir* (20 de novembro de 1897 a 1907, semanal) viu-se obrigado a circular a partir de Hong Kong, enfrentando o *Lusitano* (28 de agosto de 1898 a 24 de dezembro de 1899, direção de Elysio F. das Neves Tavares, continuação do extinto *O Independente*, num total de 70 edições), de Macau. Enfim, *O Português* (1913-1914) experimentou igual sorte, do mesmo modo que *O Expatriado*, título por si só significativo, em que colaborou, dentre outros, Rodrigo Marin Chaves, que viria a se tornar Administrador da Imprensa Nacional de Macau, por defender uma linha nativista e de independência da metrópole. A experiência mais curiosa de todas, contudo, é a de *O Petardo*, título que dispensa comentários maiores: criado em 1928, embora fosse impresso em Hong Kong, mantinha direção e redação em Macau! De qualquer modo, as autoridades de Hong Kong acabaram se intrometendo na questão e o editor local da publicação, Isidoro Costa, acabou suspendendo o jornal e integrando-se à redação do *China Trust*; no entanto, neste jornal chinês, a campanha contrária às autoridades portuguesas de Macau foi levada adiante! Na verdade, o caso virou uma questão diplomática, porque a polícia de Hong Kong descobriu que a principal fonte de Isidoro Costa era o próprio Secretário do Governo, que enviava documentos originais desde Macau, por contrabando, ao jornalista, que os transformava em notícia, mas devolvia os originais, para que nada fosse descoberto! É evidente que as consequências implicaram em prisão e deportação dos envolvidos...<sup>40</sup> Deixou de circular, assim, em 1929.

### **Do período republicano chinês ao salazarismo português**

É evidente que os acontecimentos políticos que culminaram na derrubada da velha China dos samurais e das dinastias, em 1911, refletiram-se na história da imprensa de língua portuguesa em Macau. De qualquer modo, seguem-se publicações variadas, como *O Português*, acima referido, *O Oriente Português* (1915), *A Colónia* (1918), *A Juventude* (1919) ou *O Liberal* (1919). Aliás, embora dispersas, os interessados podem encontrar relações destas publicações em diferentes sites, alguns aqui já mencionados<sup>41</sup>. A II Grande Guerra criaria maiores problemas para a circulação de jornais, mas ainda assim encontramos publicações como *O Tio Tareco* (15 de janeiro de 1936 a 15 de abril de 1938, publicação dirigida às crianças, editado

40 Toda esta passagem foi especialmente encontrada na obra, aqui já mencionada, de Henrique Rola da Silva (1992) que, por seu lado, por vezes toma como referência a obra, igualmente aqui referida, de Manuel Teixeira (1965).

41 Outro site que traz relação de tais periódicos é <http://macauantigo.blogspot.com/2009/09/jornais-portugueses.html>. Infelizmente, não há maiores comentários individualizados sobre as publicações, que precisam ser pesquisadas uma a uma.

por José dos Santos Ferreira, poeta extremamente popular em sua época e ainda hoje) ou *União*, que circulou entre 1º de janeiro de 1944 e 26 de maio de 1945, pertencente à União Nacional de Macau, umbilicalmente vinculado ao Estado, pois este era o partido oficialista da ditadura portuguesa. Foi fundado, dentre outros, pelo sacerdote Manuel Teixeira, que é autor de uma história sobre o jornalismo de Macau, que aqui se tem mencionado em algumas passagens. O jornal encerrou suas atividades por desavenças internas entre a direção partidária e o então Governador Gabriel Teixeira.

A gênese do salazarismo geraria muitos problemas para a imprensa periódica macaense, dentre os quais o exemplo de *A Voz de Macau*, criado em 18 de dezembro de 1832 e que enfrentou, ao longo de dezesseis anos, constantes ameaças de prisão, explosões de bombas em sua redação e até ataques físicos de agentes militares. O jornal desapareceu em 16 de agosto de 1947, quando seu fundador e diretor, Domingos Gregório da Rosa Duque, faleceu. Domingos Rosa Duque<sup>42</sup> dirigira, anteriormente, *O Combate* (23 de abril de 1927), *A verdade* (1927-1929)<sup>43</sup>, *Jornal de Macau* e *A Voz de Macau* (1931 a 1947).

Por volta dos anos 1980, Macau goza de uma certa autonomia em face da administração da China, o que se reflete em seus veículos de comunicação. Existem basicamente dois jornais, *O Clarim* e o *Diário de Macau*, em língua portuguesa. *O Clarim* está vinculado à diocese da Igreja Católica de Macau e, por óbvio, se abstém de qualquer ingerência política, gerido por Carlos Melancia, enquanto, ao contrário, o *Diário de Macau*, embora uma publicação mal apetrechada, fazia uma certa oposição às autoridades portuguesas locais. A estes dois se juntaram o diário *Jornal de Macau* e a *Tribuna*, este semanário, em franca oposição ao governador Almeida e Costa. Houve, na mesma época, o diário *Correio de Macau*, de José Amaro Dionísio, que encerrou suas portas por ser muito dispendioso, e o *Oriente*, fortemente de oposição, semanário que logo teve sua circulação suspensa, sendo imediatamente substituído por *Extremo-Oriente*, ainda mais radical. Cumprida a suspensão, *Oriente* voltou às bancas. Mas as tiragens destas publicações, em geral, são muito pequenas, cerca de tiragens médias entre 700 exemplares, como o diário *Macau/Hoje*, e 3 mil exemplares, como o semanário *Tribuna de Macau* (Silva, 1992, p. 80).

42 Apesar de militar de carreira, Rosa Duque era maçom e se colocou na oposição desde o início da administração do general António Óscar de Fragoso Carmona. Não tendo título universitário, portanto, por força do decreto 13.841, de 27 de junho de 1927, daquele mandatário, tinha de procurar sempre uma espécie de diretor fantasma para responder por suas publicações.

43 Há um outro jornal de igual título, que circulou entre 1908 e 1911, mas nada tem a ver com esta publicação.

## O rádio e a televisão

Resta uma rápida palavra a respeito do rádio e da televisão em Macau. Alguns historiadores afirmam que em Macau teriam ocorrido as primeiras experiências radiofônicas portuguesas, em 26 de agosto de 1933, a partir do posto Cqn-Macau, inaugurado por Rocha Santos, o encarregado da província, já que, segundo consta na história oficial dos mídias portuguesas, as primeiras transmissões da Emissora Nacional teriam ocorrido em fevereiro de 1934, no Palácio de Quelhas, em Lisboa, ocupados na Revolta dos Cravos, em 1974, pelos militares. Mas problemas financeiros fizeram com que suas atividades se encerrassem em 2 de maio de 1938.

Só mais tarde surgiria a CRY-9 — Macau, também de iniciativa governamental, transmitindo uma hora e meia, por semana, apenas, e que duraram até 1941, por força da II Grande Guerra. Um comerciante macaense, Henrique Nolasco da Silva, chegou a propor sua exploração comercial.

Hoje em dia, existe a Rádio Macau, depois de múltiplas experiências, dentre as quais a da XX9-Rádio Polícia e a Rádio Vila Verde, de José Pedro Lobo, que alcançou maior sucesso. Mas a emissora, durante as revoltas de 3 de dezembro de 1967 a 29 de janeiro de 1968, por parte de segmentos que desejavam uma administração chinesa (leia-se, da China Comunista) fez com que a emissora, ocupada, passasse a emitir em mandarim, o que perdura ainda hoje em dia. Assim, apenas a Rádio Macau sobrevive, emitindo em português<sup>44</sup>.

Se as duas emissoras pioneiras valeram-se de funcionários e sede dos correios oficiais, a Rádio Polícia surgiu no âmbito da Polícia de Segurança Pública, emitindo desde a Esquadra nº 2, junto ao Canidromo, encerrando suas atividades também em 1938. A Rádio Clube de Macau começou a operar em 1941, em caráter privado, iniciativa, dentre outras personalidades, de Francisco de Carvalho Rêgo, sendo que, durante a II Grande Guerra, emitia em seis diferentes idiomas, boletins noticiosos constantes. Suas emissões chegavam a ser captadas no Extremo Oriente e no Alasca.

Já a Rádio Vila Verde foi uma iniciativa do macaense Pedro José Lobo, que começou atividades entre 1948 e 1950, conforme os historiadores, alcançando popularidade enorme ao longo dos anos 1950 e 1960, tornando-se a emissora mais ouvida em toda a Macau. Mas com a morte de seu fundador, a emissora começou a declinar e encerrou atividades em 1994 para, depois de vendida a uma outra empresa, retomar seus serviços a partir dos anos 2000.

Já a Rádio Clube Macau tornou-se, em 1962, a Emissora de Radiodifusão Macau, mas em 1976 foi transformada em emissora estatal, vinculando-se, a partir de 1982, à Companhia de Televisão e Radiodifusão de Macau.

O primeiro canal de televisão de Macau surgiu em 1999, com um contrato de quinze

44 Dados gerais retirados de Silva, 1992, ps.161 a 164.

anos de exploração da televisão por cabo. Entre 1998 e 2000, foram emitidas licenças para as empresas Cosmos Televisão por Satélite e Companhia de Televisão por Satélite China. Em 2004, a Companhia de televisão por Satélite MASTV também foi autorizada em seus serviços.

Os serviços de internet foram lançados em Macau em 2000 e a internet de banda larga em 2005.

Em síntese, na atualidade, Macau possui três jornais diários em língua portuguesa, *Jornal Tribuna de Macau* (desde outubro de 1982, resulta da fusão entre *O Jornal de Macau* e a *Tribuna de Macau Hoje/Macau* (fundado em 2 de julho de 1990, denominou-se, originalmente, *Macau Hoje*) e *Ponto Final* (fundado em 18 de dezembro de 1991, por Paulo Aido e Carlos Carvalho<sup>45</sup>), além da *Revista Macau*. Ainda existe o semanário trilingue *O Clarim*, da Igreja Católica, que se edita em português, inglês e chinês, fundado em 1948.

Sobrevivem uma emissora radiofônica e três emissoras de televisão. A destacar que ao menos o jornal *Hoje/Macau* possui uma edição eletrônica de bastante ampla circulação.

---

45 Atualmente, há edição em inglês da mesma publicação, *Macau Closer*.

## Referências bibliográficas

- Alecrim, A. M. (1987). Para a história da radiodifusão em Macau nos termos da rádio polícia, do rádio clube, de Luiz Gonzaga Gomes, de Pedro Lobo... *Macau*, 5, 32-35.
- Alves, J. M. S. (Org.) (1995a). *Ta-Ssi-Yang-Kuo (1863-1866)*. Direcção dos Serviços de Educação e Juventude/ Fundação Macau.
- Arrimar, J. A. (1995b). Macau — Suas bibliotecas e documentos. *RC — Revista de Cultura*, 3, 46-58.
- Boxer, C. R. (1951). *The Christian century in Japan*. University of California Press.
- Boxer, C. R. (1977; 1981). *O império colonial português (1415-1825)*. Edições 70.
- Braga, J. M. (1963). The beginnings of printing at Macao. *Stvdia*, 12 (separata semestral).
- Braga, J. M. (1965). Primórdios da imprensa em Macau. *Boletim Eclesiástico da Diocese*.
- Brito Aranha, P. V. (1885). *Subsídios para a história do jornalismo nas províncias ultramarinas portuguesas*. Imprensa Nacional.
- Cunha, A. M. (1923). *A evolução do jornalismo*. Imprensa Nacional.
- Devi, V. & Seabra, M. (1971). *A literatura indo-portuguesa*. Junta de Investigações do Ultramar.
- Diffie B. W. & Winius, G. D. (1993). *A fundação do império português (1415-1580)*. Vol. 1. Veja.
- Diffie, B. W. (1993). *A fundação do império português 1415-1580*. Veja.
- Garmes, H. (2003). A cultura sino-portuguesa no século XIX e o *Ta-Ssi-Yang-Kuo*. *Via Atlântica*, 6, 65-82.
- Gomes, L. G. (1954). Efemérides da história de Macau. *Notícias de Macau*, 1954.
- Gracias, J. A. I. (1880). *A imprensa em Goa nos séculos XVI, XVII, XVII*. Imprensa Nacional.
- Guedes, J. (2016). Coletânea do histórico jornal *A Abelha da China* expande acervo da ABI. [shorturl.at/cBM48](http://shorturl.at/cBM48)
- Hedomadario *Ta-ssi-yang-kuo*?. [shorturl.at/mrGR1](http://shorturl.at/mrGR1)
- Hohlfeldt, A. (2009). Imprensa das colônias de expressão portuguesas: Primeira aproximação. [Comunicação em congresso]. VIII LUSOCOM, Universidade Lusófona.
- Lopes, A. M. (1971). *Monografia Coordenada pelo 150º Aniversário do primeiro jornal fundado em Goa*. Comissariado do Governo para os Assuntos do Estado da Índia.
- Magalhães, P. (2015). Paulino da Silva Barbosa, o baiano que liderou a revolução constitucional em Macau e criou o jornal *A Abelha da China* (1822-1823). *Afro-Ásia*, 52, 275-310.
- Matos, M. C. (1957). *História da imprensa e da circulação das idéias religiosas na China entre os anos 1892 e 1938: A imprensa no Orfanato de T' ou-Sê-We, em Zi-Ka-Wei, Xangai*. Távola Redonda.
- Matos, M. C. (1990). *A tipografia quinhentista de expressão cultural portuguesa no Oriente, veículo de propagação dos ideais humanísticos*. 2 vols. [https://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/humanitas43-44/09\\_Cadafaz\\_Matos.pdf](https://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/humanitas43-44/09_Cadafaz_Matos.pdf)
- Morais, J. S. (Sem data). *A Abelha da China — Primórdios do jornalismo em Macau. (Parte I)*. Notícias de Macau.
- Morais, J. S. (Sem data). *A Gazeta de Macau*. Notícias de Macau.
- Morel, M. (1986). — *Cipriano Barata*. Editora Brasiliense.
- Neves, J. A. (1989). *História breve da imprensa de língua portuguesa no mundo*. Direcção-geral da Comunicação Social.
- Pearson, M. N. (1990). *Os portugueses na Índia*. Teorema.
- Pinto, C. (1923). *A Índia Portuguesa*. Vol. I. Imprensa Nacional.
- Pinto, F. M. (2005 [1614]). *Peregrinação*. Nova Fronteira.
- Pires, S. (2010). *Imprensa periódica missionária*. Instituto de Ciências Sociais. In file:///C:/Users/User/Downloads/Imprensa%20Peri%C3%B3dica%20Mission%C3%A1ria%20(4).pdf
- Rafael, G. G. & Santos, M. (2001). *Jornais e revistas portuguesas do século XIX*. Vol. I. Biblioteca Nacional.
- Rafael, G. G. & Santos, M. (2001). *Jornais e revistas portuguesas do século XIX*. Biblioteca Nacional.
- Ramos, F. P. (2004). *No tempo das especiarias*. Contexto.
- Ramos, F. P. (2009). *Por mares nunca dantes navegados*. Contexto.
- Rüdiger, F. (2003). *Tendências do Jornalismo*. Editora da UFRGS.
- Subrahmanyam, S. (1996). *O império asiático português 1500-1700*. Difel.
- Silva, B. B. (1994). *A emigração dos cules*. In *Dossiê Macau, 1851-1894*. Fundação Oriente.
- Silva, H. R. (1992). *Informação portuguesa de Macau*, Gabinete de Comunicação Social do Governo de Macau.
- Sousa, J. P., Lima, H., Hohlfeldt, A. & Barbosa, M. (Orgs.) (2016). *Uma história da imprensa lusófona. Brasil — Galiza — Imprensa colonial portuguesa*. Vol. 1. Media XXI, *Ta-ssi-yang-kuo*, 1, ano 8 (outubro de 1863). [Edição fac-similada] [http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/Ta-Ssi-Yang-Kuo/No1/No1\\_master/Ta-Ssi-Yang-Kuo\\_A1\\_NO1\\_08Out1863.pdf](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/Ta-Ssi-Yang-Kuo/No1/No1_master/Ta-Ssi-Yang-Kuo_A1_NO1_08Out1863.pdf)
- Teixeira, M. (1965). *A imprensa periódica portuguesa no Extremo-Oriente*. Notícias de Macau.
- Teixeira, M. (Sem data). Primórdios da imprensa periódica em Macau. [www.icm.gov.mo/rc/viewer/30011/1576](http://www.icm.gov.mo/rc/viewer/30011/1576)